



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

001

Alto Paraíso - PR, 15 de Abril de 2019.

**À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PR**

Prezados Senhores:

O nosso município sempre busca recursos junto ao Governo Federal, e quando conseguimos estes recursos, necessitamos das publicações no Diário Oficial da União.

Para isso necessitamos efetuarmos a contratação destes serviços, pois quando surgir verbas oriundas destas fontes de recursos, para que por uma simples e irrevogável publicação corramos o risco de perda de tais recursos.

Desta forma solicitamos que seja aberto um processo de inexistência para a Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União - DOU, pelo período de 12(doze) meses, num valor total de R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais), sendo deste 500 centímetros de coluna no valor de R\$ 33,04 (Trinta Reais e Trinta e Sete Centavos) por centímetros de coluna, podendo ser objeto de prorrogação por iguais e sucessivos períodos conforme determina a Lei nº 8.666/93.

Sem mais para o momento renovamos nossos votos de estima e consideração.

JOB REZENDE NETO
Secretário Geral de Administração



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

002

DA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PARA: O SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: SOLICITAÇÃO DE SALDO

Solicito informar se há saldo de dotação para Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União - DOU, pelo período de 12(doze) meses, num valor total de R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais), sendo deste 500 centímetros de coluna no valor de R\$ 33,04 (Trinta Reais e Trinta e Sete Centavos) por centímetros de coluna, podendo ser objeto de prorrogação por iguais e sucessivos períodos conforme determina a Lei nº 8.666/93, no qual solicitamos a reserva de dotação para este valor.

Alto Paraíso - PR., 15 de Abril de 2019.


JOB REZENDE NETO
Secretario Geral de Administração



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

003

SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RESERVA DE SALDO E CONFIRMAÇÃO DE SALDO.

OBJETO: Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União - DOU, pelo período de 12(doze) meses, num valor total de R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais), sendo deste 500 centímetros de coluna no valor de R\$ 33,04 (Trinta Reais e Trinta e Sete Centavos) por centímetros de coluna, podendo ser objeto de prorrogação por iguais e sucessivos períodos conforme determina a Lei nº 8.666/93, no qual já realizamos a reserva de dotação para este valor.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
9519	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.02.00.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA	70
9522	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.122.0003.2.014	DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO	96

Alto Paraíso - PR., 15 de Abril de 2019.

RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE
Contador



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

004

Alto Paraíso - PR., 15 de Abril de 2019.

Exmo. Sr.
DERCIO JARDIM JUNIOR
DD. Prefeito Municipal de Alto Paraíso
NESTE

Senhor Prefeito,


Pelo presente, solicito autorização de Vossa Excelência Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União – DOU, pelo período de 12(doze) meses, num valor total de R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais), sendo destes 500 centímetros de coluna no valor de R\$ 33,04 (Trinta Reais e Trinta e Sete Centavos) por centímetros de coluna, podendo ser objeto de prorrogação por iguais e sucessivos períodos conforme determina a Lei nº 8.666/93, no qual o contador já realizou a reserva de dotação para este valor.

Para cobertura das despesas com o presente, será utilizada dotação:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
9519	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.02.00.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA	70
9522	339039900000	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.122.0003.2.014	DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO	96

Necessário a realização de abertura de procedimento licitatório na modalidade de:
INEXIGIVEL DE LICITAÇÃO.

Sendo só o que se apresenta para o momento,


JOB REZENDE NETO
Secretário Geral de Administração

Autorizo, cumprida a formalidade legal. Encaminha-se ao Setor de Licitação para providência em: 15/04/2019


DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

005

PORTARIA N.º 151/2019

DATA: 03/04/2019

AUTORIA: Executivo Municipal

SÚMULA: Nomeia Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2019.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º) Nomeia membros da Comissão de Licitação para o exercício de 2019, nomeando as pessoas abaixo relacionadas:

Presidente: Valdemir Ribeiro Sparapan.

Secretário: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva

Membros: Cinthia Laize Zagoto

María de Oliveira Caetano

Marilda Rosa da Nascimento da Silva

2º). Esta portaria terá vigência de 1(um) ano a partir desta data.

3º). Fica revogado a Portaria 012/2019.

4º). Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,
Estado do Paraná, aos 03 (três) dias do mês de Abril de 2019.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 04 / 04 / 2019

Edição N.º 11525



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

006

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigível de licitação n° 013/2019

Processo n.º 048/2019

OBJETO: O presente processo de inexigibilidade tem por objeto a Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União - DOU, pelo período de 12(doze) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional.

JUSTIFICATIVA

Justificamos a referida contratação deve ser efetivada por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando que a Imprensa Nacional possui competência institucional exclusiva para editar e comercializar o Diário Oficial da União, Seções 1, 2 e 3, conforme dispõe o Decreto n.º 9.215, de 29 de Novembro de 2017.

É consabido que a inviabilidade de competição na aquisição de um serviço ou produto caracteriza, na Administração Pública, caso de inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 25, caput, do Estatuto Licitatório (Lei n.º 8.666/93), de tal forma que a contratação direta se impõe em face da impossibilidade de concorrência.

A presente contratação de publicação enseja o enquadramento no caput do art. 25, da lei 8.666/93, pois somente a Imprensa Nacional produz o periódico e somente comercializa, configurando assim a inviabilidade fática jurídica absoluta da competição.

Sob a égide de Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a aquisição em questão ajusta-se ao requisito de "Ausência de pressupostos necessários à licitação", onde discorre sobre a luz da ausência de "mercado concorrencial" (2008, p. 340):

[...], configura-se um mercado peculiar, eis que não existe dimensão concorrencial encontrada no âmbito de compras, obras e outros serviços. Daí a referência à inexistência de um mercado concorrencial. [...] É inviável a competição porque a peculiaridade do mercado consiste na ausência de competição direta e frontal.

Pelo aduzido, DECLARAMOS tratar-se de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a aludida aquisição, prevista no Art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93, vez que a competição revela-se inviável, vejamos:

"Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)" Lei 8.666/93.

Outrossim, requer-se a contratação direta em favor da Imprensa Nacional, no valor total de R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais), sendo deste 500 centímetros de coluna no valor de R\$ 33,04 (Trinta Reais e Trinta e Sete Centavos) por centímetros de coluna.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

007

São essas as nossas justificativas, submetendo o presente à apreciação do Departamento Jurídico para parecer.

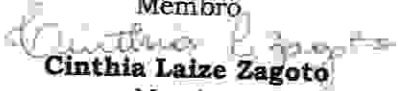
Alto Paraíso, 15 de Abril de 2019.


VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação


Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva
Secretário


Marilda Rosa do Nascimento da Silva
Membro

Maria de Oliveira Caetano
Membro


Cinthia Laize Zagoto
Membro



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

008

DECRETO Nº 9.215, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Vigência

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as normas gerais a serem seguidas na publicação do Diário Oficial da União.

Competência para a publicação

Art. 2º A competência para a publicação do Diário Oficial da União é da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Meio de publicação

Art. 3º O Diário Oficial da União será exclusivamente eletrônico e será publicado no sítio eletrônico da Imprensa Nacional.

§ 1º É gratuito o acesso ao Diário Oficial da União disponibilizado no sítio eletrônico da Imprensa Nacional.

§ 2º A Imprensa Nacional imprimirá e manterá em arquivo, no mínimo, um exemplar de cada edição do Diário Oficial da União.

§ 3º A falta ou a intempestividade do exemplar impresso de que trata o § 2º não afasta a validade da publicação do Diário Oficial da União.

Autenticidade da versão eletrônica

Art. 4º A publicação do Diário Oficial da União no sítio eletrônico da Imprensa Nacional atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Encaminhamento de ato à publicação

Art. 5º O encaminhamento de atos à Imprensa Nacional para publicação no Diário Oficial da União será, exclusivamente, por meio eletrônico.

Autonomia técnica

Art. 6º A Imprensa Nacional possui autonomia técnica para edição e disponibilização do Diário Oficial da União, obedecido o princípio da fidelidade aos originais.

Parágrafo único. A autonomia técnica não afasta a supervisão pelas autoridades superiores da Casa Civil da Presidência da República.

Confirmação de autoria

Art. 7º Na hipótese de dúvida quanto à autoria, a publicação do ato ou do documento dependerá da confirmação pela autoridade signatária ou remetente.

009

Rejeição de atos

Art. 8º Não serão publicados os atos encaminhados em desconformidade com as normas de remessa e de publicação.

Divisão em seções

Art. 9º O Diário Oficial da União poderá ser editado em seções.

Periodicidade da publicação

Art. 10. O Diário Oficial da União será publicado de segunda-feira a sexta-feira, uma vez por dia, exceto nos feriados nacionais e nos pontos facultativos da administração pública federal.

Parágrafo único. Caberá ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República autorizar:

I - a publicação do Diário Oficial da União em dias não previstos no **caput**;

II - a publicação de edições extras do Diário Oficial da União nos dias previstos no **caput**; e

III - a remessa de atos para publicação fora do horário limite estabelecido em ato do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Atos publicados integralmente

Art. 11. Serão publicados na íntegra no Diário Oficial da União:

I - os atos com conteúdo normativo, exceto os atos de aplicação exclusivamente interna que não afetem interesses de terceiros; e

II - os atos oficiais:

a) da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) do Poder Legislativo;

c) do Poder Judiciário;

d) do Ministério Público da União;

e) da Defensoria Pública da União; e

f) do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O disposto no inciso II do **caput** não se aplica nas hipóteses previstas nos art. 12 e art. 13.

Atos publicados em extrato

Art. 12. Os atos oficiais que não requeiram publicação integral obrigatória serão publicados em resumo e se restringirão aos elementos necessários à sua identificação.

Parágrafo único. Incluem-se entre os atos a que se refere o **caput**:

I - decisões de tribunais e de órgãos colegiados dos Poderes da União;

II - pautas;

III - editais, avisos e comunicados;

IV - contratos, convênios, aditivos e distratos;

V - despachos de autoridades administrativas relacionados a interesses individuais; e

VI - atos oficiais que autorizem, permitam ou concedam a execução de serviços por terceiros.

Atos de publicação vedada

Art. 13. Não serão publicados no Diário Oficial da União:

I - atos de caráter interno;

II - atos de concessão de medalhas ou comendas, exceto as previstas em lei ou decreto;

III - logotipos, logomarcas, brasões, emblemas, imagens ou fotografias;

IV - modelos de documento, de formulário ou de requerimento;

V - partituras musicais;

VI - discursos;

VII - atos de particulares com linguagem ou formato que possam induzir o entendimento de se tratar de ato de autoridade pública; e

VIII - atos de outros entes federativos ou de pessoas jurídicas de direito público externo com linguagem ou formato que possam induzir ao entendimento de se tratar de ato de autoridade pública federal.

Parágrafo único. As vedações previstas nos incisos III, IV e V do **caput** não se aplicam na hipótese de se tratar de parte integrante de ato normativo.

Remissão para endereço eletrônico

Art. 14. Não se considerará publicado no Diário Oficial da União o trecho do ato constante de outro meio, físico ou eletrônico, para o qual o ato publicado remeta.

Parágrafo único. Inclui-se no disposto no **caput** a remissão para endereço eletrônico.

Publicações cobradas

Art. 15. Estarão sujeitos a pagamento:

I - os contratos, convênios, aditivos, distratos, editais, avisos e comunicações em geral; e

II - todos os atos originários de:

a) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista federais;

b) outros entes federativos, inclusive entidades vinculadas;

c) pessoas jurídicas de direito público externo;

d) conselhos profissionais;

e) pessoas jurídicas de direito privado, em geral; e

f) pessoas físicas;

Forma de pagamento das publicações

Art. 16. As regras de pagamento das publicações serão estabelecidas em ato do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Parágrafo único. A Imprensa Nacional rejeitará atos originários das pessoas mencionadas nas alíneas "b" a "f" do inciso II do **caput** do art. 15 na hipótese de o interessado estar inadimplente.

Valor das publicações

Art. 17. O valor cobrado pelas publicações será estabelecido em ato do Diretor-Geral da Imprensa Nacional, após aprovação pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e de modo a se buscar a compensação dos custos envolvidos nas atividades da Imprensa Nacional.

§ 1º O disposto no **caput** será feito com antecedência que permita a formulação das normas orçamentárias.

§ 2º O valor cobrado por serviços acessórios relacionados ao Diário Oficial da União será definido pelo Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Publicações gratuitas

Art. 18. Serão publicados gratuitamente:

I - atos oficiais dos órgãos da União, independentemente do Poder que integrarem, ressalvados os atos previstos no inciso I do **caput** do art. 15;

II - atos relativos a pessoal da União, independentemente do Poder que integrarem; e

III - atos determinados judicialmente em processos envolvendo beneficiários de gratuidade da justiça.

Fundo da Imprensa Nacional

Art. 19. O orçamento do Fundo de Imprensa Nacional - FUNIN será elaborado com base em dotações específicas e será aprovado na forma da legislação vigente, segundo a classificação adotada no Orçamento Geral da União.

Normas complementares

Art. 20. O Diretor-Geral da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República editará normas complementares para a execução deste Decreto.

Dúvidas e omissões

Art. 21. As dúvidas e omissões a este Decreto, de ordem técnica, administrativa ou financeira, serão resolvidas pelo Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Vigência

Art. 22. Este Decreto entra em vigor em 1º de dezembro de 2017.

Revogações

Art. 23. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 4.520, de 16 de dezembro de 2002; e

II - o Decreto nº 4.521, de 16 de dezembro de 2002.

Brasília, 29 de novembro de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

04/2019

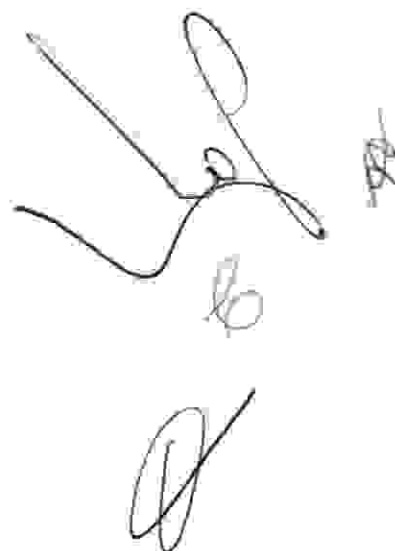
D9215

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.11.2017

012

*

Handwritten signature of Michel Temer, consisting of a large, stylized 'M' and 'T' followed by a small 'b' and a checkmark.

CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL

PORTARIA Nº 20, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017 (*)

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, alterado pela Portaria nº 446, de 26 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e

Considerando o art. 2º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 4.521, de 16 de dezembro de 2002;

Considerando a necessidade de atualização das regras de comercialização de assinaturas em imagens eletrônicas (extensão .pdf) dos Jornais Oficiais editados pela Imprensa Nacional; e

Considerando que os valores cobrados pelo centímetro de coluna para publicação e pela comercialização dos Jornais Oficiais não sofrem reajustamento desde 2008, resolve

Art. 1º Fixar o valor de R\$ 33,04 (três e três milésimos e quatro centavos) como preço mínimo por centímetro de coluna para publicação no Diário Oficial da União.

Art. 2º Fixar o valor por página de publicação para composição da tabela de preços de assinatura e venda avulsa em R\$ 0,0170.

Art. 3º Fixar os preços das assinaturas do Diário Oficial da União, Seções 1, 2 e 3, versão impressa, com periodicidade mensal, trimestral e semestral, e versão eletrônica, com periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual, conforme tabela abaixo:

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - Entrega no Distrito Federal (R\$)			
PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	49,00	23,00	65,00
TRIMESTRAL	146,00	69,00	195,00
SEMESTRAL	292,00	137,00	391,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - Entrega nos demais Estados (R\$)			
PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	97,00	72,00	176,00
TRIMESTRAL	292,00	215,00	547,00
SEMESTRAL	583,00	429,00	1.094,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ELETRÔNICO (R\$)			
PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	38,00	38,00	38,00
TRIMESTRAL	113,00	113,00	113,00
SEMESTRAL	226,00	226,00	226,00
ANUAL	452,00	452,00	452,00

Art. 4º O acesso ao objeto da assinatura, na versão eletrônica, se dará por meio de identificação (login) e senha fornecidos quando da contratação do serviço.

Art. 5º Não será considerada oficial a disponibilização do Diário Oficial da União que não seja efetuada pela Imprensa Nacional.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de março de 2017.

Art. 7º Ficam revogadas a Portaria nº 117, de 13 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13 de maio de 2008, pag. 1, a Portaria nº 137, de 2 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 3 de junho de 2008, pag. 3, e a Portaria nº 287, de 23 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24 de outubro de 2008, pag. 19.

(*) Republicada por ter sido com incorreção do original no DOU de 2/2/2017, Seção 1, pag. 21.

PEDRO BERTONE

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA Nº 11, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Institui o Comitê de Governança Digital da Presidência da República - CGD/PR e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, substituída, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e considerando o disposto no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Governança Digital da Presidência da República (CGD/PR), com o objetivo de aprimorar os serviços relacionados à tecnologia desenvolvidos na Presidência da República.

Art. 2º O CGD/PR terá a seguinte composição:

I - Representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos da Presidência da República:

- Secretaria de Governo, que o coordenará;
- Casa Civil;
- Gabinete de Segurança Institucional;
- Gabinete Pessoal do Presidente da República;
- Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos;
- Secretaria Especial de Comunicação Social;
- Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.m.gov.br/assessoria-juridica> pelo código 00012017020300004

II - Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

III - Representantes, titular e suplente, da Vice-Presidência da República; e

IV - Titular da Diretoria de Tecnologia ou seu substituto legal.

§ 1º O representante titular da Secretaria de Governo, a que se refere a alínea "a" do inciso I do art. 2º, será o Secretário de Administração.

§ 2º Os representantes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e nomeados por meio de portaria do Coordenador do CGD/PR.

§ 3º Os membros do Comitê deverão ser ocupantes de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 5 ou equivalente, ou de cargo de hierarquia superior.

Art. 3º O CGD/PR reunir-se-á, em caráter ordinário, bimestralmente, com a presença de seu Coordenador ou suplente, e, quando, mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 1º O Comitê deliberará por maioria simples e seu Coordenador votará somente em casos de empate, quando não a voto de qualidade.

§ 2º Poderão ser convidados para participar das reuniões do CGD/PR a juízo do seu Coordenador, inclusive para subsidiar suas deliberações, representantes de quaisquer órgãos ou entidades públicas ou privadas, bem como servidores públicos ou consultores, técnicos especializados no assunto, a ser deliberado.

§ 3º A permanência dos convidados, na forma do § 2º deste artigo, ficará restrita ao tempo necessário aos esclarecimentos solicitados, sem direito a voto.

§ 4º A participação no CGD/PR é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 4º A Diretoria de Tecnologia (DITEC) da Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Presidência da República, proverá o apoio e suporte técnico, operacional e logístico necessários ao bom andamento dos trabalhos do CGD/PR.

Art. 5º Compete ao CGD/PR:

I - Elaborar e aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) até o último mês que antecede sua vigência;

II - Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDITIC), a partir de proposta a ser apresentada pela DITEC até o último mês que antecede sua vigência;

III - Propor normas que assegurem o alinhamento das ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Presidência da República;

IV - Estabelecer cronograma para a elaboração e aprovação do PETIC e do PDITIC.

§ 1º O PETIC deve conter as visões estratégicas e os princípios que servirão de base ao PDITIC, devendo estar alinhado aos objetivos estratégicos estabelecidos no Estratégia de Governança Digital (EGD) e aos princípios e às diretrizes da Política de Governança Digital;

§ 2º A vigência do PETIC será de 1 (um) ano e coincidirá com o prazo de vigência da EGD.

§ 3º O PETIC poderá ser revisado, a qualquer tempo, para inserir visões e princípios advindos de novas políticas de governo;

§ 4º O PDITIC terá vigência de 2 (dois) anos, com revisão anual obrigatória;

§ 5º O PETIC poderá ser atualizado em função de alterações organizacionais ou outros fatores supervenientes que possam impactar substancialmente o planejamento inicial.

Art. 6º O Comitê poderá criar grupos de trabalho para subsidiar seus trabalhos e deliberações, com integrantes indicados por seus membros.

Art. 7º O Regimento Interno do Comitê de Governança Digital da Presidência da República deverá ser aprovado por maioria absoluta de seus membros, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta portaria.

Parágrafo único: O Regimento Interno, nos termos do caput deste artigo, poderá sofrer revisão a pedido da maioria absoluta de seus membros.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 3, de 4 de março de 2015, da então Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVANI DOS SANTOS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 42, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Extingue o Núcleo de Assessoramento Jurídico do Exército Brasileiro da Consultoria-Geral da União (NAEX/CGU/AGU), revoga a Portaria nº 28/AGU, de 18 de janeiro de 2016, e dá outras providências.

A ADVOCADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XXV, XVII e XVIII do art. 84 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando a nova estruturação da Consultoria Jurídica Adjuvada ao Comando do Exército e a criação de novos Advogados da União na referida unidade em decorrência do concurso de remoção regido pelo Edital nº 6/AGU, de 29 de novembro de 2016, com resultados divulgados pela Portaria nº 738/AGU, de 27 de dezembro de 2016, e da nomeação e posse decorrentes da Portaria nº 745/AGU, de 29 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica extinto o Núcleo de Assessoramento Jurídico do Exército Brasileiro da Consultoria-Geral da União (NAEX/CGU/AGU), a partir do dia 13 de fevereiro de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



V - propor a criação de grupos de trabalho com o objetivo de produzir e publicar estudos e diagnósticos para a formulação e a avaliação de políticas públicas relacionadas com segurança pública e defesa social;

VI - prestar apoio e articular-se, sistematicamente, com os conselhos estaduais, distritais e municipais de segurança pública e defesa social, com vistas à formulação de diretrizes básicas comuns e à potencialização do exercício de suas atribuições legais e regulamentares;

VII - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente; e

VIII - promover a articulação entre os órgãos que integram o SUSP e a sociedade civil.

Parágrafo único. O CNSP divulgará anualmente o desempenho extrajudicial, quando necessário, as avaliações e as recomendações que emitir a respeito das matérias de sua competência.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Ficam revogados

I - o Decreto nº 6.138, de 28 de junho de 2007;

II - o Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010; e

III - o Decreto nº 8.075, de 14 de agosto de 2013.

Art. 43. Esta Decreta entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 2018, 197ª da Independência e 139ª da República.

MICHEL TEMER
Presidente Michel Temer
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 478, de 29 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.936.

Nº 479, de 29 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.935.

Nº 480, de 30 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.907.

Nº 481, de 30 de agosto de 2018. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Internacional de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Melhoria da Qualidade da Educação do Município de Porto Alegre".

Nº 482, de 30 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Mandado de Injunção nº 6.939.

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 1.006, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Delega competências no âmbito do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 da Decreta-Lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, no art. 2º do Decreto nº 9.410, de 13 de junho de 2018, no art. 80, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos arts. 75, §§ 1º e 2º, inciso I, art. 26, art. 39, art. 43, caput, inciso VI, e art. 56 da Lei nº 8.066, de 21 de junho de 1993, nos arts. 2º, 3º, caput, inciso II, e art. 4º, caput, inciso XXI, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no art. 4º do Decreto nº 5.154, de 22 de julho de 2004, nos arts. 4º, § 1º, art. 8º a 10º e art. 29 do Decreto nº 5.430, de 11 de maio de 2005, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, nos arts. 2º, 3º, inciso I, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, no art. 3º, inciso I, do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, nos arts. 3º, § 2º, art. 32 e art. 34, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.mg.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 05152018083100006.

Art. 1º Delegar ao Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro as competências para:

I - realizar a gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados no Gabinete de Intervenção Federal;

II - celebrar os acordos de cooperação, conforme disposto no art. 5º, § 2º, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016;

III - excepcionar, nos casos de execução parcial do objeto da parceria, a execução dos termos do art. 34, §§ 3º e 4º do Decreto nº 8.726, de 2016;

IV - autorizar a celebração e a promulgação de contratos administrativos relativos a atividades de cunho vedado à subdelegação no caso de contratos com valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

V - aprovar o projeto básico e o projeto executivo do termo de referência para a realização de licitação e projeto para a celebração de contratos administrativos;

VI - autorizar a audiência pública nas hipóteses de licitação de grande vulto e de licitações simultâneas ou sucessivas a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VII - dispor sobre a exigência de prestação da garantia nas contratações de obras, serviços e compras;

VIII - homologar os resultados das empresas licitadoras;

IX - ratificar os atos de reconhecimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação;

X - deliberar sobre eventuais recursos decorrentes de licitações;

XI - celebrar convênios e contratos de repasse com entidades públicas, termos de cooperação para transferências obrigatórias, termos de execução descentralizada, termos de parceria, acordos de cooperação técnica, inclusive com organismos internacionais, protocolos de intenção e contratos administrativos em geral, bem como de seus aditivos, observados o art. 4º-A, § 1º, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

XII - aprovar planos de trabalho e termo de referência de convênios e de contratos de repasse com entidades públicas, e de termos de cooperação para transferências obrigatórias, termos de execução descentralizada, acordos de cooperação técnica, inclusive com organismos internacionais, e protocolos de intenção, bem como seus aditivos;

XIII - analisar e aprovar os aspectos físico e financeiro das prestações de contas de convênios, termos de execução descentralizada e acordos de cooperação técnica, inclusive com organismos internacionais;

XIV - analisar e aprovar a execução física dos contratos de repasse com entidades públicas e termos de cooperação para transferências obrigatórias referentes às ações de cunho;

XV - dispor sobre a formação da Contas Especial; e

XVI - interromper as atas de secretarias por necessidade de serviço.

Art. 2º Subdelegar ao Interventor Federal a competência para praticar atos de provimento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis I e 4, e das Funções de Confiança no âmbito do Gabinete de Intervenção Federal.

Art. 3º Delegar ao Secretário da Administração do Gabinete de Intervenção Federal a competência para firmar termos de parceria e colaboração, conforme disposto no art. 32 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Art. 4º Correlacionar os atos praticados pelo Interventor Federal e pelo Secretário da Administração do Gabinete de Intervenção Federal compreendidos nas matérias de que trata a presente Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELLSEU PADILHA

IMPrensa Nacional

PORTARIA Nº 257, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 da Decreta-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e com base na delegação de competências a que se refere a Portaria nº 555, de 22 de junho de 2012, da Ministra do Estado (Custa da Casa Civil da Presidência da República), e tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 2º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Coordenador de Relacionamento Externo da Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional a competência para assinar a celebração de novos contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, bem como seus termos aditivos, relacionados à assinatura de jornais oficiais, publicação de matérias e serviços de impressão, com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 143, de 27 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2012, Seção 1, pag. 12.

PEDRO BERTONI

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o comando do Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou o Estatuto Regimental da INCRA, com suporte no art. 10 do art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria INCRA/PN-338, de 10 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (DRDFE), esta, normatiza pela Portaria INCRA/PN-598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 48 e art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia.

Considerando a reunião do CDR, lavrada na data de 20 de agosto de 2018.

Considerando o comando no processo nº 00075.00034/2017-79, Interessado: Avelino Alves da Oliveira, Assunto: Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV).

Art. 1º Decida conforme despacho SR(28)DFE-P31442886 cancelar o Contrato de Promessa de Compra e Venda - CPCV sob nº 055757 e emitir novo Título.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LEIS

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 00100.012098/2018-57

Impressão AR NEOSIGN

Aprovando os termos do Despacho nº 1 da Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização, Norma Gerencial, Conselho, DEPRO, o pedido de alienação de software da AR NEOSIGN, vinculada à AR BK, conforme segue:

Nome da AR NEOSIGN
Endereço Anterior: AV NOSSA SENHORA APARECIDA, Nº 305, LOTAÇÃO 10, SEMINÁRIO, CURITIBA/PR
Endereço Atual: AV NOSSA SENHORA APARECIDA, Nº 305, LOTAÇÃO 09, SEMINÁRIO, CURITIBA/PR

RAFAEL ABRITTA
Diretor-Presidente
Sistema

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIAS DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, e em consonância com os Arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784 de 25 de janeiro de 1999, resolve:

Nº 559 - Art. 1º Delegar, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 07/2018, Processo nº 55000.019536/2018-38, a competência para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, promover, quando for o caso, o credenciamento das Organizações da Sociedade Civil, de que trata o artigo 4º do Art. 30, VI, da Lei nº 9.194/2014.

Nº 540 - Art. 1º Delegar, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 07/2018, Processo nº 55000.019536/2018-38, a competência para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, promover, quando for o caso, o credenciamento das Organizações da Sociedade Civil, de que trata o artigo 4º do Art. 30, VI, da Lei nº 9.194/2014.

JOSE RICARDO RAMOS ROSENDO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IMPRIMIR VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

04196645/0001-00

Razão Social:

IMPRESA NACIONAL

Endereço:

SIG QUADRA 06 LOTE 800 / SETOR GRAFICO / BRASILIA / DF / 70610-400

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/04/2019 a 02/05/2019

Certificação Número: 2019040303084725344330

Informação obtida em 15/04/2019, às 07:37:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.196.645/0001-00 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL IMPrensa NACIONAL		DATA DE ABERTURA 20/06/2000	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IMPrensa NACIONAL		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.12-3-01 - Edição de jornais diários 58.22-1-01 - Edição integrada à impressão de jornais diários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 101-5 - Órgão Público do Poder Executivo Federal			
LOGRADOURO SIG QUADRA 06 LOTE 800		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 70.610-460	BAIRRO/DISTRITO SETOR GRAFICO	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO in@in.gov.br		TELEFONE (061) 3139-800	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/06/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 15/04/2019 às 07:38:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IMPRENSA NACIONAL

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.196.645/0001-00

Certidão nº: 170938798/2019

Expedição: 15/04/2019, às 07:39:01

Validade: 11/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IMPRENSA NACIONAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.196.645/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **IMPrensa Nacional**
CNPJ: **04.196.645/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:25:14 do dia 12/12/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/06/2019.

Código de controle da certidão: **E98E.5680.267E.9B39**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 124-00.565.837/2019
NOME : IMPRENSA NACIONAL
ENDEREÇO : SIG QUADRA 06 LOTE 800
CIDADE : SETOR GRÁFICO
CPF :
CNPJ : 04.196.645/0001-00
CF/DF :
FINALIDADE : LICITACAO

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 14 de Julho de 2019.

Brasília, 15 de Abril de 2019.

Certidão emitida via internet às 07:40:19 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

00034.000070/2019-99 021



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL

SIG, Quadra 6, Lote 800 - 2º andar - Sala 202, Setor Gráfico, Brasília/DF, CEP 70610-460
Telefones: 61-3441-9831/9833 - dirge@in.gov.br

DECLARAÇÃO

Brasília, 8 de janeiro de 2019,

Declaramos que a Imprensa Nacional, estabelecida no Setor de Indústrias Gráficas - SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF nº 04.196.645/0001-00, órgão pertencente à estrutura da Casa Civil da Presidência da República, em conformidade com o Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, alterado pela Portaria nº 446, de 26 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, por intermédio de seu Diretor-Geral, PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE, nomeado por meio da Portaria nº 1.514, de 19 de julho de 2016, **possui competência institucional exclusiva para a publicação do Diário Oficial da União - Seções 1, 2 e 3**, conforme dispõem o inciso I do art. 20 do Decreto nº 9.678, de 2 de janeiro de 2019, e o art. 2º do Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017.

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Antonio Bertone Ataíde**, Diretor Geral da Imprensa Nacional, em 10/01/2019, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0965080** e o código CRC **6A101C5E** no site:
(https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 00034.000070/2019-99

SEI nº 0965080



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano LVII Nº 226

Brasília, DF, sexta-feira, 25 de novembro de 2016



2

Sumário

	PÁGINA
Ato do Poder Executivo	1
Presidência da República	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	5
Ministério da Cultura	6
Ministério da Defesa	6
Ministério da Educação	17
Ministério da Fazenda	27
Ministério da Integração Nacional	30
Ministério da Justiça e Cidadania	31
Ministério da Saúde	33
Ministério das Relações Exteriores	39
Ministério de Minas e Energia	39
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	40
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	42
Ministério do Esporte	43
Ministério do Meio Ambiente	44
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	46
Ministério do Trabalho	48
Ministério do Turismo	48
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	48
Ministério Público da União	49
Defensoria Pública da União	51
Poder Legislativo	51
Poder Judiciário	53
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	57
Ediais e Avisos	58

Ato do Poder Executivo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETOS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 77, caput, inciso I, alínea "c", e no art. 79, do Anexo I ao Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, e no art. 18, caput, inciso I, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, resolve:

Página	Distrito Federal	Custos Estimados
de 42 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 70	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 154	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 280	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 284 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/imprensa.html>, pelo código 00022016112500001.

NOMEAR

GLÁUCIA SILVEIRA GAUCH, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Consul-Geral do Brasil em Santiago, República do Chile, renovando-a, *ex officio*, do Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires, República Argentina.

Brasília, 24 de novembro de 2016: 195ª da Independência e 128ª da República.

MICHEL TEMER
José Serra

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 77, caput, inciso I, alínea "c", e no art. 79, do Anexo I ao Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, e no art. 18, caput, inciso I, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, resolve:

NOMEAR

CLÁUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Consul-Geral do Brasil em Buenos Aires, República Argentina, renovando-a, *ex officio*, da Secretaria de Estado.

Brasília, 24 de novembro de 2016: 195ª da Independência e 128ª da República.

MICHEL TEMER
José Serra

Presidência da República

CASA CIVIL

PORTARIAS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 2.234 - NOMEAR

CARLOS ALEXANDRE PRÍNCIPE PIRES, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, código DAS 101.5.

ELISEU LEMOS PADILHA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 2.235 - NOMEAR

REYNALDO NUNES DE MORAIS, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, código DAS 101.5.

ELISEU LEMOS PADILHA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso III do art. 14 da Portaria nº 2.207, de 22 de novembro de 2016, do Ministro da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 982 - CONCEDER

ao servidor requisitado FRANCISCO JOSE FERNANDES NOVAES, Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSSSE, Nível Intermediário, no Gabinete da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 983 - DESIGNAR

CRISTOVÃO DE MELO para a Função Comissionada do Poder Executivo, código FCEP 101.2, de Chefe na Divisão da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 984 - DESIGNAR

JULIETA APARECIDA MOTA para a Função Comissionada do Poder Executivo, código FCEP 101.2, de Chefe na Divisão da Coordenação-Geral de Administração da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 985 - DESIGNAR

MARCELO VITORINO DA SILVA para a Função Comissionada do Poder Executivo, código FCEP 101.3, de Coordenador na Coordenação da Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 986 - DESIGNAR

WELLINGTON RODRIGUES DUARTE para exercer a Função Comissionada, código FG-3, na Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 987 - NOMEAR

GILVAN DA SILVA DANTAS para exercer o cargo de Chefe do Gabinete no Gabinete da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, código DAS 101.4.

Nº 988 - NOMEAR

TOLENTINO SILVA CARNEIRO, para exercer o cargo de Coordenador na Coordenação da Coordenação-Geral de Administração da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, código DAS 101.3.

Nº 989 - NOMEAR

JAILTON DIAS DOS SANTOS para exercer o cargo de Chefe na Divisão da Coordenação-Geral de Administração da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, código DAS 101.2.

Nº 990 - Tornar sem efeito a Portaria nº 981, de 23 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 24, subsequente, Seção 2, que trata da designação de ERIKA MELISSA OLIVEIRA FRANÇA NASSAR.

DANIEL SIGELMANN

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 983, de 23 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2016, Seção 2, onde se lê: "WANDERBERG DA SILVA MEDEIROS GOMES", leia-se: "WANDERBERG VENCESLAU ROSENTHAL DOS SANTOS".

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Sumário

Ato no Poder Executivo

Esta edição completa do DOU é composta de 64 páginas

Ato do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.678, DE 2 DE JANEIRO DE 2019

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança:

I - da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

- a) um DAS 101.5;
- b) um DAS 101.4;
- c) três DAS 102.5;
- d) sete DAS 102.4;
- e) seis DAS 102.3;
- f) sete DAS 102.2;
- g) sete DAS 102.1;

II - da Casa Civil da Presidência da República para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

- a) sete DAS 101.3;
- b) quatro DAS 101.2;
- c) duas FCPE 101.2;
- d) duas FCPE 102.4;

III - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a Casa Civil da Presidência da República:

- a) quatro DAS 101.6;
- b) três DAS 101.5;
- c) oito DAS 101.4;
- d) doze DAS 102.6;
- e) oito DAS 102.5;
- f) dez DAS 102.4;
- g) vinte e seis DAS 102.3;
- h) dez DAS 102.2;
- i) seis DAS 102.1;
- j) duas FCPE 102.2.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 4º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República deverão ocorrer até 13 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, a relação nominal dos titulares dos cargos em comissão, das funções de confiança e das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos, funções e gratificações vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 5º O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República poderá editar regimento interno abrangendo todas as unidades administrativas integrantes de sua estrutura regimental, ou regimentos internos específicos abrangendo uma ou mais unidades ou subunidades administrativas, detalhando as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental Casa Civil da Presidência da República, as suas competências e as atribuições de seus dirigentes.

Parágrafo único. Os registros referentes ao regimento interno serão realizados no sistema informatizado do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg até a data de entrada em vigor do regimento interno ou de suas alterações.

Art. 6º O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE, desde que não sejam alteradas as unidades das estruturas organizacionais básicas especificadas na Tabela "a" do Anexo II e sejam mantidas as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 7º Ficam revogados:

- I - o Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016;
 - II - o Decreto nº 9.009, de 23 de março de 2017; e
 - III - o Anexo III do Decreto nº 9.282, de 7 de fevereiro de 2018.
- Art. 8º Este Decreto entra em vigor em 30 de janeiro de 2019.

Brasília, 2 de janeiro de 2019; 188ª da Independência e 131ª da República

IAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Onay Lorenzani

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º A Casa Civil, órgão essencial da Presidência da República, compete:

- I - assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:
 - a) na coordenação e na integração das ações do Governo Federal;
 - b) na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;
 - c) na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;
 - d) na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal;
 - e) na coordenação política do Governo Federal; e
 - f) na condução do relacionamento do Governo Federal com o Congresso Nacional, partidos políticos e entidades da sociedade civil; e
- II - promover a publicação e a preservação dos atos oficiais.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A Casa Civil tem a seguinte estrutura organizacional:

- I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:
 - a) Assessoria Especial;
 - b) Gabinete do Ministro;
 - c) Secretaria-Executiva:
 - 1. Diretoria de Governança;
 - 2. Diretoria Legislativa; e
 - 3. Diretoria de Gestão de Informação;
 - d) Secretaria Especial de Relações Governamentais;
 - e) Secretaria Especial para o Senado Federal; e
 - f) Secretaria Especial para a Câmara dos Deputados;
- II - órgãos específicos singulares:
 - a) Subchefia de Ação Governamental;
 - 1. Subchefia Adjunta de Políticas Sociais;
 - 2. Subchefia Adjunta de Infraestrutura;
 - 3. Subchefia Adjunta de Política Econômica;
 - 4. Subchefia Adjunta de Finanças Públicas; e
 - 5. Subchefia Adjunta de Gestão Pública;
 - b) Subchefia de Articulação e Monitoramento:
 - 1. Subchefia Adjunta de Políticas Sociais;
 - 2. Subchefia Adjunta de Infraestrutura;
 - 3. Subchefia Adjunta de Política Econômica; e
 - 4. Subchefia Adjunta de Gestão Pública.



10/10/10
 10/10/10
 10/10/10

VALE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1432765-2.4 VIA. 10/JAN/2003

Nome: MARLEI VITORINO DA SILVA

Pai: JOSE VITORINO DA SILVA
Mãe: DALZIRA VITORINO DA SILVA

GOIANDIRA-GO 17/JUL/1982
NACIONALIDADE

Endereço: C.NAS. 12376 FLS. 404-V L. 8-14
GOIANDIRA-GO EM 23/12/2002

CPF: 248028251-68

20898061

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Nº 229, quinta-feira, 30 de novembro de 2017

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

31



DECRETO Nº 9.214, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera o Decreto nº 7.772, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aqueduto de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 7.772, de 4 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para proveito da alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

" (NR)

"Art. 4º

I - beneficiários consumidores - indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e de nutrição financiadas pelo Poder Público e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, aqueles atendidos pela rede pública de ensino e de saúde e que estejam sob custódia do Estado em estabelecimentos prisionais e em unidades de internação do sistema socioeducativo;

II - beneficiários fornecedores - agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

IV - unidade receptora - organização formalmente constituída, contemplada pela unidade executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores, conforme definido em resolução do GGPAA;

V - órgão comprador - órgão ou entidade da administração pública, direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

§ 5º O GGPAA priorizará o atendimento às organizações fornecedoras constituídas por mulheres, por povos e comunidades tradicionais e por outros grupos específicos." (NR)

"Art. 5º

III - seja respeitado o valor máximo anual para aquisições de alimentos, por unidade familiar ou por organização da agricultura familiar, conforme o disposto no art. 13, e

§ 1º O GGPAA estabelecerá metodologia de definição do preço diferenciada para a compra de alimentos agroecológicos ou orgânicos e o procedimento para a compra, observado o disposto no § 1º do art. 17 da Lei nº 12.512, de 2011.

§ 2º O GGPAA estabelecerá as condições para a aquisição de produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados.

§ 3º São admitidas a aquisição de insumos e a contratação de prestação de serviços, de forma complementar à produção própria do beneficiário fornecedor ou da organização fornecedora, para fins de processamento, beneficiamento ou industrialização dos produtos, a serem fornecidos ao PAA, conforme disposto pelo GGPAA." (NR)

"Art. 6º A aquisição de alimentos deverá conciliar a demanda por ações de promoção da segurança alimentar e nutricional e de abastecimento alimentar com a oferta de produtos pelos beneficiários fornecedores do PAA." (NR)

"Art. 9º

IV - o abastecimento das redes públicas de ensino e de saúde, das unidades de internação do sistema socioeducativo e dos estabelecimentos prisionais;

V - a construção de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social ou venda;

VI - o abastecimento dos órgãos e das entidades da administração pública, direta e indireta, e

VII - o atendimento a outras demandas definidas pelo GGPAA.

§ 1º O Ministério do Desenvolvimento Social estabelecerá as condições e os critérios para distribuição direta de alimentos aos beneficiários consumidores e de participação e priorização das unidades receptoras;

"Art. 17

I - Compra com Doação Simultânea - compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

III - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - compra de leite que, após ser beneficiado, é doado às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

V - Compra Institucional - compra da agricultura familiar, por meio da chamada pública, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de material propagáveis, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, para doação aos beneficiários consumidores, e

"Art. 19

I - por unidade familiar, até:

c) R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), por ano, na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite;

II - por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar, até:

§ 3º O beneficiário fornecedor, na modalidade Compra com Doação Simultânea, poderá participar individualmente e por meio de organização formalmente constituída, sendo os limites de que tratam as alíneas "a" do inciso I do caput e o § 5º independentes entre si;

"Art. 21

VI - os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores e das regiões de atuação;

"Art. 31 As unidades executoras deverão cumprir as regras pactuadas ao realizar as atividades previstas no termo de adesão." (NR)

"Art. 32

VII - pelo não comprometimento de recursos financeiros, sem o pactuado durante a vigência do termo de adesão;

"Art. 33

I - disponibilizar recursos, observadas as dotações orçamentárias, por meio da instituição financeira oficial para realização dos pagamentos aos beneficiários fornecedores envolvidos nas aquisições realizadas pelas unidades executoras, em conformidade com os limites pactuados durante a vigência do termo de adesão;

"Art. 41

§ 1º Além do pagamento aos fornecedores, o Agente Operador poderá, desde que pactuado em instrumento específico, desenvolver outras ações de apoio à operacionalização do PAA.

§ 2º Caberá ao Banco do Brasil, na função de Agente Operador do PAA executado mediante termo de adesão, conforme disposto neste Capítulo." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 7.772, de 4 de julho de 2012:

I - o § 1º do art. 19;

II - o art. 30;

III - o art. 33 ao art. 39, e

IV - o art. 48

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasil, 29 de novembro de 2017, 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER

Henrique Meilões
Ricardo Magalhães
José Mendonça Bezerra Filho
Dyego Henrique de Oliveira
Omar Terra

DECRETO Nº 9.215, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as normas gerais a serem seguidas na publicação do Diário Oficial da União.

Competência para a publicação

Art. 2º A competência para a publicação do Diário Oficial da União é da Imprensa Nacional de Casa Civil da Presidência da República.

Meio de publicação

Art. 3º O Diário Oficial da União será exclusivamente eletrônico e será publicado no sítio eletrônico da Imprensa Nacional.

§ 1º É gratuito o acesso ao Diário Oficial da União disponibilizado no sítio eletrônico da Imprensa Nacional.

§ 2º A Imprensa Nacional imprimirá e manterá em arquivo, no mínimo, um exemplar de cada edição do Diário Oficial da União.

§ 3º A falta ou a imprecisão do exemplar impresso de que trata o § 2º não afeta a validade da publicação do Diário Oficial da União.

Autenticidade da versão eletrônica

Art. 4º A publicação do Diário Oficial da União no sítio eletrônico da Imprensa Nacional atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Encaminhamento de ato à publicação

Art. 5º O encaminhamento de atos à Imprensa Nacional para publicação no Diário Oficial da União será, exclusivamente, por meio eletrônico.

Autonomia técnica

Art. 6º A Imprensa Nacional possui autonomia técnica para edição e disponibilização do Diário Oficial da União, obedecendo o princípio da fidelidade aos originais.

Parágrafo único. A autonomia técnica não afasta a supervisão pelas autoridades superiores da Casa Civil da Presidência da República.

Confirmação de autenticidade

Art. 7º Na hipótese de dúvida quanto à autenticidade, a publicação do ato ou do documento dependerá de confirmação pela autoridade signatária ou remissora.

Rejeição de atos

Art. 8º Não serão publicados os atos encaminhados em desconformidade com as normas de remessa e de publicação.

Divisão em seções

Art. 9º O Diário Oficial da União poderá ser editado em seções.

Periódicidade da publicação

Art. 10º O Diário Oficial da União será publicado de segunda-feira a sexta-feira, uma vez por dia, exceto nos feriados nacionais e nos pontos facultativos da administração pública federal.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República autorizar.



V - preparar a criação de grupos de trabalho com o objetivo de produzir e publicar estudos e diagnósticos para a formulação e a avaliação de políticas públicas relacionadas com segurança pública e defesa social;

VI - prestar apoio e articulação, assessoramento, com os conselhos estaduais, distrital e municipais de segurança pública e defesa social, com vistas à formulação de diretrizes básicas comuns e à potencialização do exercício de suas atribuições legais e regulamentares;

VII - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação permanente; e

VIII - promover a articulação entre os órgãos que integram o SUSP e a sociedade civil;

Parágrafo único. O CNSP divulga anualmente o, de forma extraordinária, quando necessário, as avaliações e as recomendações que emitir a respeito das matérias de sua competência.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 6.156, de 28 de junho de 2007;

II - o Decreto nº 7.413, de 10 de dezembro de 2010; e

III - o Decreto nº 8.075, de 14 de agosto de 2013.

Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 2018, 192º da Independência e 159º da República.

MICHEL TEMER
Esteve Pedro Collnaga Junior
Luciano do Rê Rocha
Raul Targinum

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 478, de 29 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.960.

Nº 479, de 29 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.961.

Nº 480, de 30 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.987.

Nº 481, de 30 de agosto de 2018. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Melhoria da Qualidade da Educação do Município de Porto Alegre.

Nº 482, de 30 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.959.

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 1.006, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Delega competências no âmbito do Gabinete de Intervenção Federal ao Estado do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, no art. 2º do Decreto nº 9.410, de 13 de junho de 2018, no art. 30, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos arts. 7º, 88º e 2º, inciso I, art. 26, art. 39, art. 41, caput, inciso VI, e art. 56 da Lei nº 8.066, de 21 de junho de 1990, nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º e 100º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, no art. 3º, caput, inciso II e § 2º, Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, nos arts. 3º, § 2º, art. 32 e art. 34, §§ 1º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Delegar ao Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro as competências para:

I - realizar a gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados no Gabinete de Intervenção Federal;

II - celebrar os acordos de cooperação, conforme disposto no art. 5º, § 2º, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016;

III - executar, nos casos de execução parcial do objeto da parceria, a execução nos termos do art. 34, §§ 8º e 4º do Decreto nº 8.726, de 2016;

IV - autorizar a celebração e a prorrogação de contratos administrativos relativos a atividades de custeio, vedada a subdelegação no caso de contratos com valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

V - aprovar o projeto básico e o projeto executivo e o termo de referência para a realização de licitação e pregão para a celebração de contratos administrativos;

VI - autorizar a audiência pública nas hipóteses de licitação de grande vulto ou de licitações simultâneas ou sucessivas, à qual se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VII - dispor sobre a exigência da prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras;

VIII - homologar os resultados dos certames licitatórios;

IX - ratificar os atos de reconhecimento de dispensa e de inexistência de licitação;

X - deliberar sobre eventuais recursos decorrentes de licitações;

XI - celebrar convênios e contratos de repasse com entidades públicas, termos de compromisso para transferências obrigatórias, termos de execução descentralizada, termos de parceria, acordos de cooperação técnica, inclusive com organismos internacionais, protocolos de intencção e contratos administrativos em geral, bem como de seus aditivos, observado o art. 6º-A, § 1º, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

XII - aprovar planos de trabalho e termo de referência de convênios e de contratos de repasse com entidades públicas, e de termos de compromisso para transferências obrigatórias, termos de execução descentralizada, acordos de cooperação técnica, inclusive com organismos internacionais e protocolos de intencção, bem como de seus aditivos;

XIII - analisar e aprovar os aspectos físicos e financeiros das prestações de contas de convênios, termos de execução descentralizada e acordos de cooperação técnica, inclusive com organismos internacionais;

XIV - analisar e aprovar a execução física dos contratos de repasse com entidades públicas e termos de compromisso para transferências obrigatórias referente às ações de custeio;

XV - dispor sobre Tomada de Contas Especial; e

XVI - interromper as atas de servidores por necessidade de serviço;

Art. 2º Subdelegar ao Interventor Federal a competência para praticar atos de provimento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 4, e das Funções de Confiança no âmbito do Gabinete de Intervenção Federal.

Art. 3º Delegar ao Secretário de Administração do Gabinete de Intervenção Federal a competência para firmar termos de fomento e colaboração, conforme disposto no art. 12 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Art. 4º Convulgar os atos praticados pelo Interventor Federal e pelo Secretário de Administração do Gabinete de Intervenção Federal compreendidos nas matérias de que trata a presente Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISEU PADILHA

IMPrensa Nacional

PORTARIA Nº 257, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e com base na delegação de competência a que se refere a Portaria nº 555, de 22 de junho de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 2º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.159, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Coordenador de Relacionamento Externo da Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional a competência para autorizar a celebração de novos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, bem como seus termos aditivos, relacionados a assinatura de jornais oficiais, publicação de matérias e serviços de impressão, com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 143, de 27 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2012, Seção 1, pag. 12.

PEDRO BERTONE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO
FEDERAL E ENTORNO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou o Estatuto Regimento do INCRA, com o aporte do art. 10 do art. 12, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pelo PORTARIA/INCRA/PR nº 338, de 29 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR/CDRFE, este, em conformidade com o art. 96 do art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia.

Considerando a reunião do CDR, realizada na data de 20 de agosto de 2018.

Considerando o contido no processo nº 00073.000342-1/87-79, Intersusso Arlindo Alves da Oliveira, Assunto: Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPV).

Art. 1º Decida conforme despacho SR/CDRFE-F31-442886, cancelar o Contrato de Promessa de Compra e Venda - CPV nº 093737 e emitir novo Título.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR SOARES LELES

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 00100.01298/2018-57

Interventor: AR NEOSIGN

Aprovando os termos do Despacho nº 1 da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Nona Gerência Especial, DEFIRO, o pedido de alteração de endereço do AR NEOSIGN, vinculada ao AR BR NRB e nas demais cadastros nas quais a AR encontra-se cadastrada, conforme segue:

Nome da AR: NEOSIGN
Endereço: Antares, AV. MOSSA SENHORA APARECIDA, Nº 105, LOJA 10, SEMINÁRIO, CURITIBA/PR
Endereço Atual: AV. MOSSA SENHORA APARECIDA, Nº 305, LOJA 09, SEMINÁRIO, CURITIBA/PR

RAFAEL ABRITA
Diretor-Presidente
Substituto

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA
FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIAS DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, e em conformidade com os artigos 12 e 14 da Lei nº 784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Nº 539 - Art. 1º Delegar, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 17/2018, Processo nº 550001/9639/2018-21, a UNIRIO, promovendo, quando for o caso, o credenciamento das Organizações da Sociedade Civil, de que trata o artigo 6º, VI, da Lei 13.019/2014.

Nº 540 - Art. 1º Delegar, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 17/2018, Processo nº 550001/9639/2018-21, a UNIRIO, promovendo, quando for o caso, o credenciamento das Organizações da Sociedade Civil, de que trata o artigo 6º, VI, da Lei 13.019/2014.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENDO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CASA CIVIL IMPRESA NACIONAL

PORTARIA Nº 283, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre normas para publicação e pagamento de atos no Diário Oficial da União.

O DIRETOR-GERAL DA IMPRESA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 16 e 20 do Decreto nº 9.213, de 29 de novembro de 2017, resolve:

Âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria estabelece as normas para publicação e pagamento de atos oficiais no Diário Oficial da União.

Normas para publicação no Diário Oficial da União

Art. 2º O Diário Oficial da União será publicado em três seções.

Atos da Seção 1

Art. 3º São publicados na Seção 1 do Diário Oficial da União:

I - decisões relativas ao controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal;

II - os atos com conteúdo normativo da União, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, exceto os atos de aplicação exclusivamente interna que não afetem interesses de terceiros;

III - os pareceres do Advogado-Geral da União de que trata o art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - atos do Tribunal de Contas da União, de interesse geral;

V - atos normativos do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, excetuando-se os de caráter interno;

VI - atos dos órgãos dos Poderes da União com publicidade exigida por legislação específica.

Atos da Seção 2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPRESA NACIONAL

MICHEL MICHEL REAS FERREIRA
Presidente da República

ELISEU LEMOS RABELO
Ministro de Estado da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ARAÚJO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 3

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Publicação de atos normativos

Art. 4º São publicados na Seção 2 do Diário Oficial da União os atos relativos à pessoa da União, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, cuja publicação decorra de disposição legal.

Atos da Seção 3

Art. 5º São publicados na Seção 3 do Diário Oficial da União os extras de instrumentos contratuais e congêneres, de convênios de dispensa e de inexistência de licitação, de distúrbio, de registro de preços, de rescisão, os editais de contratação, notificação e convênios públicos, os comunicados, avisos de licitação, de dispensa e de inexistência de licitação, de registro de preços, de aplicação, de revogação, resultados de julgamentos, entre outros atos de administração pública, cuja publicação seja exigida por determinação legal ou normativa.

Art. 6º São publicados na Subseção Institucional da Seção 3 do Diário Oficial da União os atos de pessoas jurídicas de direito privado em geral e de pessoas físicas que tenham como objetivo atender às exigências de publicidade constantes da legislação.

Parágrafo único: Os atos de reunião somente serão publicados quando houver determinação legal ou normativa.

Atos publicados em extra

Art. 7º São publicados em extra no Diário Oficial da União:

I - atos e decisões dos órgãos dos Poderes da União;

II - deliberações e acordos;

III - editais, exceto de concurso público;

IV - avisos e comunicados;

V - acordos, gestões, autorizações de compra, cartas-contrato, contratos, convênios, dispensas e inexistências de licitação, distúrbios, notas de empenho, ordens de execução de serviços, proteções, registros de preços, rescisões contratuais, termos aditivos e outros instrumentos contratuais;

VI - atos oficiais que autorizem a exploração de serviços por terceiros.

§ 1º As deliberações e acordos serão resumidos às suas conclusões e ementas.

§ 2º O extrao incluirá os elementos essenciais à identificação, vigência e eficácia do ato, bem como o nome e o cargo do signatário nos casos de editais, avisos e comunicados.

§ 3º Excetuando-se do disposto neste artigo os atos cuja publicação na íntegra decorra de determinação legal ou normativa.

Revogação

Art. 8º É vedada a publicação no Diário Oficial da União de:

I - atos de caráter interno ou que não sejam de interesse geral;

II - atos concernentes à vida funcional dos servidores do Poderes da União, que não se adequem nos termos do art. 4º desta Portaria, incluídos-se:

a) apostilas de correção e inexistências materiais que não afetem a substância dos atos singulares de caráter pessoal;

b) concessão de medalhas, condecorações, condecorações e títulos honoríficos, com exceção daqueles cuja publicação seja exigida por determinação legal ou normativa;

c) elogios, homenagens, agradecimentos, concessão de vantagens, direitos, indenizações ou gratificações;

d) concessão de férias, exceto aquelas autorizadas por despacho presidencial;

e) lista de anuidade e avaliação de desempenho;

f) submissão para função de confiança, exceto para funções com nível equivalente a cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores;

g) designação para viagem dentro do País;

h) atos de movimentação interna e progressão horizontal e vertical;

i) designação de grupos de trabalho, salvo se independentes, interministeriais, entre ministérios e órgãos vinculados, entre ministérios e suas extensões regionais, ou se compostos por membros sem vínculo com a Administração Pública;

j) designação de comissões de constituição ou atuação interna;

k) aprovação em estágio probatório;

l) atos que contenham mera reprodução de expedientes emendados e recebidos ou de normas já publicadas em órgão oficial, inclusive boletins de serviço e pessoal.

III - atos de caráter judicial;

IV - atos de posse e de entrega em exercício;

V - ordens e horários de funcionamento de órgãos;

VI - índices e sumários de atos;

VII - gabarito de provas de concurso público;

VIII - logotipos, brasões, emblemas, símbolos, imagens ou fotografias;

IX - modelos de documentos de formulário ou de requerimento;

X - partituras e letras musicais;

XI - organogramas e fluxogramas;

XII - discursos, elogios, homenagens, agradecimentos e exaltações;

XIII - atos de particulares com linguagem ou formato que possam induzir o entendimento de se tratar de ato de autoridade pública;

XIV - atos de outros entes federativos ou de pessoas jurídicas de direito público externo com linguagem ou formato que possam induzir o entendimento de se tratar de ato de autoridade pública federal.

Parágrafo único: As alterações previstas nos incisos VIII, IX, X e XI do caput não se aplicam na hipótese de se tratar de parte integrante de ato normativo.

Devolução

Art. 9º Os atos encaminhados em desconformidade com os termos desta Portaria serão devolvidos ao seu emissor por meio eletrônico.

Atenção, revogação ou anulação

Art. 10 A alteração, revogação ou anulação de ato oficial já publicado deve fazer referência às disposições emendadas ou invalidadas, com expressa menção da data de publicação anterior.

Republicação

Art. 11 O ato publicado no Diário Oficial da União com incorreção em relação ao original será objeto de republicação.

§ 1º A republicação poderá abranger somente o trecho do ato que contenha a incorreção.

§ 2º A Imprensa Nacional providenciará a republicação do ato ou mediante pedido, nos atos em que deu causa a incorreção em relação ao original.

§ 3º A republicação por incorreção em relação ao original decorrente de ato do emissor somente será gratuita mediante requerimento e está sujeita à cobrança segundo as mesmas regras aplicáveis para o ato original.

Retificação

Art. 12 O ato publicado no Diário Oficial da União com lapso manifesto será objeto de retificação, que:

I - alterará apenas o trecho que contenha o lapso manifesto;

II - estará sujeita a cobrança segundo as mesmas regras aplicáveis ao ato original.

Parágrafo único: A Imprensa Nacional providenciará a retificação do ato ou mediante pedido, nos atos em que deu causa à incorreção em relação ao original.

Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCOM

Art. 13 É obrigatório o encaminhamento dos atos para publicação no Diário Oficial da União por meio do Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCOM.

§ 1º Poderá ser admitida a transmissão de atos para o INCOM a partir de sistemas informatizados de órgãos e entidades da administração pública federal mediante solicitação formal à Imprensa Nacional e desde que atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade.

§ 2º Em caso de impedimento de ordem técnica, mediante autorização da autoridade responsável pelo Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras, Comunicações - SDEIC, no âmbito do MPDG, os atos poderão ser encaminhados por meio de mídia digital.

Horário de recebimento

Art. 14 Os atos a serem publicados no Diário Oficial da União deverão ser recebidos até as 19 horas do dia útil anterior à sua publicação.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano XLVII Nº 226

Brasília, DF, sexta-feira, 25 de novembro de 2016



2

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	5
Ministério da Cultura	6
Ministério da Defesa	6
Ministério da Educação	17
Ministério da Fazenda	27
Ministério da Integração Nacional	30
Ministério da Justiça e Cidadania	31
Ministério da Saúde	33
Ministério das Relações Exteriores	39
Ministério de Minas e Energia	39
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	40
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	42
Ministério do Esporte	43
Ministério do Meio Ambiente	43
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	49
Ministério do Trabalho	48
Ministério do Turismo	48
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	48
Ministério Público da União	49
Defensoria Pública da União	51
Poder Legislativo	51
Poder Judiciário	53
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	57
Editorais e Artigos	58

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETOS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 77, caput, inciso I, alínea "c", e no art. 79 do Anexo I ao Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, e no art. 18, caput, inciso I, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 83.325, de 1º de outubro de 1988, resolve:

Páginas	Distribuição	Demais
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 29 a 70	R\$ 0,30	R\$ 2,00
de 71 a 150	R\$ 1,10	R\$ 2,80
de 151 a 250	R\$ 1,60	R\$ 3,00
de 251 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00022016112500001.

NOMEAR

CLÁUDIA SILVEIRA GAUCH, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Consul-Geral do Brasil em Santiago, República do Chile, removendo-a, *ex officio*, do Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires, República Argentina.

Brasília, 24 de novembro de 2016; 189º da Independência e 128ª da República.

MICHEL TEMER
José Serra

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 77, caput, inciso I, alínea "c", e no art. 79 do Anexo I ao Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, e no art. 18, caput, inciso I, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 83.325, de 1º de outubro de 1988, resolve:

NOMEAR

CLÁUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Consul-Geral do Brasil em Buenos Aires, República Argentina, removendo-a, *ex officio*, da Secretaria do Estado.

Brasília, 24 de novembro de 2016; 189º da Independência e 128ª da República.

MICHEL TEMER
José Serra

Presidência da República

CASA CIVIL

PORTARIAS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 2.234 - NOMEAR

CARLOS ALEXANDRE PRÍNCIPE PIRES, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, código DAS 101.5.

ELISEU LEMOS PADILHA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 2.235 - NOMEAR

REYNALDO NUNES DE MORAIS, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, código DAS 101.3.

ELISEU LEMOS PADILHA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III do art. 1º da Portaria nº 2.207, de 22 de novembro de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Nº 982 - CONCEDER

ao servidor requisitado FRANCISCO JOSÉ FERNANDES NOVAES Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Esquematizadores da Administração Pública Federal - GASTE, Nível Intermediário no Gabinete da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 983 - DESIGNAR

CRISTÓVÃO DE MELO para a Função Comissária do Poder Executivo, código FCPE 101.2, de Chefe na Divisão de Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 984 - DESIGNAR

JULIETA APARECIDA MOTTA para a Função Comissária do Poder Executivo, código FCPE 101.2, de Chefe na Divisão de Coordenação-Geral de Administração da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 985 - DESIGNAR

MARCEL VITORINO DA SILVA para a Função Comissária do Poder Executivo, código FCPE 101.3, de Coordenador na Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 988 - DESIGNAR

WELLINGTON RODRIGUES DOAITE para exercer a Função Gráfica, código FG-3, na Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Nº 987 - NOMEAR

GILVAN DA SILVA DANTAS para exercer o cargo de Chefe do Gabinete do Gabinete da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, código DAS 101.4.

Nº 988 - NOMEAR

TOLENTINO SILVA CARNEIRO para exercer o cargo de Coordenador na Coordenação-Geral de Administração da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, código DAS 101.3.

Nº 989 - NOMEAR

JAILTON DIAS DOS SANTOS para exercer o cargo de Chefe na Divisão de Coordenação-Geral de Administração da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, código DAS 101.2.

Nº 990 - Tornar sem efeito a Portaria nº 891, de 23 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2016, subsequente. Serán 2, a partir da designação de ERIKA MELISSA OLIVEIRA FRANÇA NASSAR.

DANIEL SIEGELMANN

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 883, de 23 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2016, Seção 2, onde se lê: WANDERBERG DA SILVA MIDEIROS GOMES, leia-se: WANDERBERG VENCESLAU ROSENDO DOS SANTOS.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REF: INEXIGIBILIDADE Nº 013/2019
PROCESSO Nº 048/2019

Aos 15 dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezenove, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação designada pela portaria n.º 151/2019 sob presidência de Valdemir Ribeiro Sparapan, secretário Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva e membros Marilda Rosa do Nascimento da Silva, Maria de Oliveira Caetano e Cinthia Laize Zagoto, para proceder a análise dos documentos apresentados pela empresa **IMPRENSA NACIONAL**, cujo objeto trata **“Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União – DOU, pelo período de 12(doze) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional”** Ato contínuo foi constatado que a empresa **IMPRENSA NACIONAL** apresentou devidamente todos os documentos exigidos. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a sessão e lavrada a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e demais presentes.

 VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
 Presidente

 UESLEI GONÇALVES R. DA SILVA
 Secretário

 MARILDA ROSA DO N. DA SILVA
 Membro

 MARIA DE OLIVEIRA CAETANO
 Membro

 CINTHIA LAIZE ZAGOTO
 Membro



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

031

DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PARA: ASSESSORIA JURÍDICA

Encaminhe-se ao Departamento Jurídico o processo de Inexigibilidade n.º 013/2019, para análise e posterior emissão de parecer quanto possibilidade/legalidade de continuação do processo.

Sem mais para o momento renovamos nossos votos de estima e consideração.

Alto Paraíso - PR, 15 de Abril de 2019.

Departamento de Licitação



PARECER JURÍDICO

Inexigibilidade de Licitação Nº 013/2019

Processo de Licitatório nº 048/2019

Objeto: “Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio de Diário Oficial da União – DOU, pelo período de 12 (doze) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional”.

Junto ao processo encontra-se: 1- comunicação e solicitação da Secretaria Geral de Administração; 2- Solicitação de saldo orçamentário pelo Secretário Administrativo e confirmação de saldo pelo Departamento de Contabilidade; 3- Autorização da Chefe do Poder Executivo; 4- Portaria de Nomeação da Comissão de Licitação; 5- Justificativa da Comissão de Licitação; 6- Cópia do Decreto Federal nº 9.215/2017; 7- Parecer da Comissão de Licitação; 8- Solicitação de Parecer da Comissão de Licitação;

Em suma é o que se extrai do encartado.

Passo à manifestação requerida.

O feito iniciou-se com o pedido do Secretário de Administração justificando o requerimento, tendo-se em vista a necessidade de renovação do contrato referente aos Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional no Diário Oficial da União - DOU.

Segundo a Justificativa da Comissão, trata-se de inexigibilidade de licitação, com base no art. 25 da Lei 8.666/93, uma vez que a Imprensa Nacional possui competência institucional exclusiva para editar e comercializar o DOU, nos termos do Decreto nº 9.215/2017.

Dessa forma, partindo-se da justificativa apresentada, não há outra conclusão a se chegar senão em confirmar a existência de exclusividade para a contratação dos serviços em questão, se mostrando uma hipótese apta a se amoldar ao tipo legal do art. 25, inc. I, da lei 8.666/1993, devendo, no entanto, ser observado o que dispõe o parágrafo único do art. 26 da mesma lei, vejamos:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR 033

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

e-mail: administracao@altoparaiso.pr.gov.br

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

[...]

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Sabe-se que a inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, melhor dizendo, é impossível promover-se a competição, tendo em vista que um dos contendores reúne qualidades tais que o tornam único, exclusivo, *sui generis*, inibindo os demais pretensos participantes.

Para Lúcia Valle Figueiredo e Sérgio Ferraz (1992, p.33) “*Há inexigibilidade quando ocorrem, em caso concreto, circunstâncias/especiais, de*



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR 034

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

e-mail: administracao@altoparaiso.pr.gov.br

fato ou de direito, previstas em lei, as quais, porque inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação”. (FIGUEIREDO, Lucía Valle. Direitos dos licitantes. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992. p.33.)

A respeito dos citados dispositivos legais, Hely Lopes Meirelles tece o seguinte comentário:

Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato (2006, p.284) MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 32. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.826p.

No caso em análise, portanto, verifica-se que há autorização legal para a inexigibilidade, bem como se mostra indispensável sua ocorrência visando a publicação do atos oficiais do Município que requeiram maior divulgação ou para licitações em que existe verba da União.

Ademais, além dos requisitos intrínsecos (fornecimento exclusivo do produto por determinada empresa), presentes também estão os requisitos extrínsecos ou formais exigidos pela lei, vez que justificada a razão da escolha do fornecedor e o preço a ser pago nos serviços.

Pelo exposto, nossa opinião é no sentido de que os critérios e requisitos da norma foram preenchidos, sendo compatível com as disposições do art. 25, I, e art. 26, parágrafo único, todos da lei 8.666/93, motivo pelo qual poderá o Prefeito Municipal, caso venha a adotar posicionamento semelhante, contratar os serviços em questão.

É o nosso parecer.

Alto Paraíso -PR, 16 de Abril de 2019.


Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Jurídico
OAB-PR 58.768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

035

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fundamento nas Leis 8.666/93 e 10.529/02 e demais regramentos pertinentes realizar licitação para contratação mencionada, submetendo o presente à apreciação da Procuradoria Jurídica Municipal para Parecer.

INEXIGIBILIDADE Nº 013/2019

PROCESSO Nº 048/2019

DEPARTAMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETO: Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União – DOU, pelo período de 12(doze) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional.

CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL

CNPJ: 04.196.645/0001-00

VALOR ESTIMADO CONTRATO: R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 17/04/2019
Edição N.º 11536



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

037

DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PARA: ASSESSORIA JURÍDICA

Encaminhe-se ao Departamento Jurídico o processo de Inexigibilidade n.º 013/2019, para análise e posterior emissão de parecer para homologação do processo.

Sem mais para o momento renovamos nossos votos de estima e consideração.

Alto Paraíso – PR, 23 de Abril de 2019.


Departamento de Licitação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR 038

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

PARECER JURÍDICO

Inexigibilidade de Licitação Nº 013/2019

Processo de Licitatório nº 048/2019

Objeto: “Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio de Diário Oficial da União – DOU, pelo período de 12 (doze) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional”.

Nossa opinião é no sentido de que os critérios e requisitos da norma foram preenchidos, sendo compatível com as disposições do art.25, *caput*, da lei 8.666/93, motivo pelo qual poderá o Prefeito Municipal, caso venha a adotar posicionamento semelhante, homologar o processo e contratar os serviços da **IMPrensa NACIONAL – CNPJ Nº 04.196.645/0001-00**.

Por fim, ressalta-se que os pareceres proferidos e processos de dispensa e inexigibilidade de licitação são *facultativos e não vinculantes*, de forma que a autoridade consulente não se vincula ao parecer proferido e seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo, visto sua natureza jurídica de mero *ato de administração consultiva*, conforme jurisprudência pacífica do STF.

É o nosso parecer.

Alto Paraíso – PR, 23 de Abril de 2019.


Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Jurídico
OAB-PR 58768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

039

DECRETO N.º 1988/2019

DATA: 23 de Abril de 2019.

SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 013/2019.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa **IMPRENSA NACIONAL**, o resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 013/2019.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado de Inexigibilidade de Licitação n.º 013/2019, em favor da empresa **IMPRENSA NACIONAL**, que tem como objeto: Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União – DOU, pelo período de 12(doze) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional.

Art.3º). Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 23 dias do mês de Abril de 2019.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

REGISTRADO NO JORNAL
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
ORGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 24/04/2019
Edição N.º 11541

abril de 2020, reassalvado o direito de promulgação previsto no art. 57, da Lei 5.556/93. Pelo fornecimento dos produtos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor abaixo discriminado conforme especificação dos bens a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	MARCA/MODELO
01	1. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) MICRO - ONIBUS ZERO KM, ANOMODELO DE FABRICAÇÃO 2018/2019, COM ELEVADOR PARA ACESSO DE CADEIRANTE.	Unid	01	R\$ 209.300,00	R\$ 209.300,00	040

DESCRIÇÃO DETALHADA:
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TIPO MICRO ONIBUS, ZERO QUILÔMETRO, CONFORME AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:
VEÍCULO DO TIPO MICRO ONIBUS DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ANOMODELO 2018/2019: CARRO COMPLETO - CARROCERIA E CHASSI INTEGRADO; CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 17 PASSAGEIROS + MOTORISTA + POSTO PARA CADEIRA DE RODAS; PLATAFORMA ELEVATORIA PARA CADEIRA DE RODAS, AR CONDICIONADO; POLTRONAS EXECUTIVAS RECLINÁVEIS REVESTIDAS EM TECIDO; LARGURA DAS POLTRONAS DE NO MÍNIMO 450 MM; CDR SÓLIDA OU METÁLICA; CINTO DE SEGURANÇA PARA TODOS OS PASSAGEIROS; JANELAS COM VIDROS MÓVEIS E CORTINAS EM TODAS AS JANELAS; ACESSO AO PORTO DO MOTORISTA FACILITADO PELO REBAIXAMENTO DO CAPO DO MOTOR; DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; PORTA NO LADO DIREITO COM ACIONAMENTO A AR EXTERNO E INTERNO; MOTOR COM POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 152 CV A 2600 RPM; INJEÇÃO ELETRÔNICA COMMON RAIL; COMPUTADOR DE BORDO; TORQUE DE 450 NM DE 1.900 RPM; RODADO DUPLO NA TRASEIRA; SISTEMA DE BATERIA DE 24 VOLTAS COMPOSTO POR DUAS BATERIAS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 LITROS DE DIESEL; COMBUSTÍVEL DIESEL 8-10; TANQUE COM RESERVATÓRIO DE LUBRIFICANTES; FREIOS A AR, TAMBORES E LONAS NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; DIMENSÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 7.365 MM; LARGURA EXTERNA MÍNIMA DE 2.200 MM; ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 3.750 MM; ALTURA INTERNA MÍNIMA DE 1.900 MM; ALTURA EXTERNA MÍNIMA DE 2.915 MM; PESO BRUTO TOTAL MÍNIMO DE 8.500 KG; CAPACIDADE DE PESO NO EIXO DIANTEIRO MÍNIMO DE 3.000 KG E NO EIXO TRASEIRO, PNEUS: 175 R 17.5; RODAS 8.00X17.5; ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMPLETA; CHASSI CARROCERIA, C/ DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE EXIGIDOS EM CONFORMIDADE C/ RESOLUÇÃO DO CONTRAN 318/09.
GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA TOTAL DE NO MÍNIMO 02 ANOS CONFORME MANUAL DO PROPRIETÁRIO. MACAÇO HIDRÁULICO COMPATIVEL COM O PESO DO VEÍCULO, CHAVE DE RODA, EXTINTOR DE INCÊNDIO E TRIÂNGULO.
O MESMO DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO TIMBRADA COM FIRMA RECONHECIDA DE QUE É REPRESENTANTE AUTORIZADO DA MARCA OPERADA E QUE POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRÓPRIA (NÃO TERCEIRIZADA) NUM RÁDIO DE 150 KM DA SEDE DA PREFEITURA DE FRANCISCO ALVES - PR.
FRANCISCO ALVES-PR, 17 DE ABRIL DE 2019.
ALUIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 047/2019, DE 04 DE ABRIL DE 2019
SÚMULA: NOMEIA RAPHUEL THIAGO CARDOSO RANGEL GOMES DA COSTA PARA O CARGO DE MOTORISTA - NIVEL III, EM VIRTUDE DE HABILITAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Complementar nº 020/2015, de 25 de fevereiro de 2015 e suas alterações e CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado - PSS, aberto através do Edital nº 014/2019, de 15 de fevereiro de 2019, o Edital nº 18/2019, datado de 18 de março de 2019 - Homologação do Resultado Final e o Edital nº 20/2019, de 28 de março de 2019 - Convocação do Candidato,
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, a partir de 05 de abril de 2019, o Sr. RAPHUEL THIAGO CARDOSO RANGEL GOMES DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito na CUG sob nº 8.970.659-95/SP/PR e CPF nº 042.391.599-11, sob o Regime Estatutário, no cargo de MOTORISTA - NIVEL III - carga horária de 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração inicial de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), de conformidade com a Lei Complementar nº 010/2010, de 24 de fevereiro de 2010 e suas alterações.
Art. 2º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, até 05 de abril de 2020, podendo ser prorrogado no interesse da administração.
Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, através da Divisão de Recursos Humanos, providenciará o assentamento nos registros funcionais em cumprimento a presente Portaria.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, reassalvado o disposto no artigo primeiro.
Art. 5º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.
Pai Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de abril de 2019.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 048/2019, DE 04 DE ABRIL DE 2019
SÚMULA: NOMEIA ALTAIR CAMILO PARA O CARGO DE MOTORISTA - NIVEL III, EM VIRTUDE DE HABILITAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Complementar nº 020/2015, de 25 de fevereiro de 2015 e suas alterações e CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado - PSS, aberto através do Edital nº 014/2019, de 15 de fevereiro de 2019, o Edital nº 18/2019, datado de 18 de março de 2019 - Homologação do Resultado Final e o Edital nº 20/2019, de 28 de março de 2019 - Convocação do Candidato,
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, a partir de 05 de abril de 2019, o Sr. ALTAIR CAMILO, brasileiro, casado, inscrito na CUG sob nº 4.882.586-2/PR e CPF nº 828.752.009-68, sob o Regime Estatutário, no cargo de MOTORISTA - NIVEL III - carga horária de 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração inicial de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), de conformidade com a Lei Complementar nº 010/2010, de 24 de fevereiro de 2010 e suas alterações.
Art. 2º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, até 05 de abril de 2020, podendo ser prorrogado no interesse da administração.
Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, através da Divisão de Recursos Humanos, providenciará o assentamento nos registros funcionais em cumprimento a presente Portaria.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, reassalvado o disposto no artigo primeiro.
Art. 5º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.
Pai Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de abril de 2019.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 011/2019
Autoriza viagem e concede diárias.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na resolução nº 001/2017, de 03 de julho de 2017, e tendo em vista a solicitação formulada pelo servidor da câmara José Carlos Leal,
RESOLVE:
Fica o servidor da câmara José Carlos Leal - Técnico Contábil, autorizado viajar à cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no dia 24 de abril do corrente ano, para participar da Palestra: "Atualização Trabalhista para DP Aplicação e Nova CLT vigente desde 11/11/2017 - Reforma", promovido pelo SICOINTEBA - CRCPR, cabendo-lhe o pagamento de (dois) dias diárias, nos termos da Resolução nº 001/2017, de 03 de julho de 2017.
Salientando que a participação do servidor da câmara se reverte em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, Registra-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR, em 22 de Abril de 2019.
Ovidio Alves Teixeira
Presidente
José Roberto Ferreira Cardoso
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 010/2019
Autoriza viagem e concede diárias.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na resolução nº 001/2017, de 03 de julho de 2017, e tendo em vista a solicitação formulada pelos nobres vereadores Altair Ferreira Guimarães, José Carlos Feroldi, José Roberto Ferreira Cardoso, Juvenal de Souza e Ovidio Alves Teixeira,
RESOLVE:
Ficam os vereadores Altair Ferreira Guimarães, José Carlos Feroldi, José Roberto Ferreira Cardoso, Juvenal de Souza e Ovidio Alves Teixeira, autorizados viajarem à cidade de Brasília-DF, nos dias 23 e 24 de Abril do corrente ano, para participarem da "Maratona de Vereadores e Vereadoras 2019", promovido pela UVB - UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL, inscrita no CNPJ nº 63.594.978/0001-56, cabendo-lhes o pagamento antecipado de 03 (três) diárias cada um, nos termos da Resolução nº 001/2017, de 03 de julho de 2017.
Salientando que a participação dos(as) Vereadores(as) se reverte em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, Registra-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR, em 18 de Abril de 2019.
Ovidio Alves Teixeira
Presidente
José Roberto Ferreira Cardoso
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1568/2019
DATA: 23 de Abril de 2019
SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do processo de Inexistência de Licitação nº 013/2019.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa IMPRENSA NACIONAL, o resultado do processo de Inexistência de Licitação nº 013/2019.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado de Inexistência de Licitação nº 013/2019, em favor da empresa IMPRENSA NACIONAL, que tem como objeto: Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União - DOU, pelo período de 12(dozas) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 23 dias do mês de Abril de 2019.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

abril de 2020, reassalvado o direito de promulgação previsto no art. 57, da Lei 5.556/93. Pelo fornecimento dos produtos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor abaixo discriminado conforme especificação dos bens a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	MARCA/MODELO
01	1. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) MICRO - ONIBUS ZERO KM, ANOMODELO DE FABRICAÇÃO 2018/2019, COM ELEVADOR PARA ACESSO DE CADEIRANTE.	Unid	01	R\$ 209.300,00	R\$ 209.300,00	040

DESCRIÇÃO DETALHADA:
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TIPO MICRO ONIBUS, ZERO QUILÔMETRO, CONFORME AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:
VEÍCULO DO TIPO MICRO ONIBUS DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ANOMODELO 2018/2019: CARRO COMPLETO - CARROCERIA E CHASSI INTEGRADO; CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 17 PASSAGEIROS + MOTORISTA + POSTO PARA CADEIRA DE RODAS; PLATAFORMA ELEVATORIA PARA CADEIRA DE RODAS, AR CONDICIONADO; POLTRONAS EXECUTIVAS RECLINÁVEIS REVESTIDAS EM TECIDO; LARGURA DAS POLTRONAS DE NO MÍNIMO 450 MM; CDR SÓLIDA OU METÁLICA; CINTO DE SEGURANÇA PARA TODOS OS PASSAGEIROS; JANELAS COM VIDROS MÓVEIS E CORTINAS EM TODAS AS JANELAS; ACESSO AO PORTO DO MOTORISTA FACILITADO PELO REBAIXAMENTO DO CAPO DO MOTOR; DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; PORTA NO LADO DIREITO COM ACIONAMENTO A AR EXTERNO E INTERNO; MOTOR COM POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 152 CV A 2600 RPM; INJEÇÃO ELETRÔNICA COMMON RAIL; COMPUTADOR DE BORDO; TORQUE DE 450 NM DE 1.900 RPM; RODADO DUPLO NA TRASEIRA; SISTEMA DE BATERIA DE 24 VOLTAS COMPOSTO POR DUAS BATERIAS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 LITROS DE DIESEL; COMBUSTÍVEL DIESEL 8-10; TANQUE COM RESERVATÓRIO DE LUBRIFICANTES; FREIOS A AR, TAMBORES E LONAS NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; DIMENSÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 7.365 MM; LARGURA EXTERNA MÍNIMA DE 2.200 MM; ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 3.750 MM; ALTURA INTERNA MÍNIMA DE 1.900 MM; ALTURA EXTERNA MÍNIMA DE 2.915 MM; PESO BRUTO TOTAL MÍNIMO DE 8.500 KG; CAPACIDADE DE PESO NO EIXO DIANTEIRO MÍNIMO DE 3.000 KG E NO EIXO TRASEIRO, PNEUS: 175 R 17.5; RODAS 8.00X17.5; ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMPLETA; CHASSI CARROCERIA, C/ DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE EXIGIDOS EM CONFORMIDADE C/ RESOLUÇÃO DO CONTRAN 318/09.
GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA TOTAL DE NO MÍNIMO 02 ANOS CONFORME MANUAL DO PROPRIETÁRIO. MACAÇO HIDRÁULICO COMPATIVEL COM O PESO DO VEÍCULO, CHAVE DE RODA, EXTINTOR DE INCÊNDIO E TRIÂNGULO.
O MESMO DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO TIMBRADA COM FIRMA RECONHECIDA DE QUE É REPRESENTANTE AUTORIZADO DA MARCA OPERADA E QUE POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRÓPRIA (NÃO TERCEIRIZADA) NUM RÁDIO DE 150 KM DA SEDE DA PREFEITURA DE FRANCISCO ALVES - PR.
FRANCISCO ALVES-PR, 17 DE ABRIL DE 2019.
ALUIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA 001/2019
O Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, através do Departamento de Administração, declara que os dados finais, que a Portaria nº 031/2019 de 17 de abril de 2019, publicada no Jornal Uruemina Ilustrado, Diário Oficial do Município, no caderno de publicações legais, no dia 18/04/2019, edição nº 11.537, a página n.º 87, esta acometida de erro formal de digitação saber: Onde se lê: Portaria nº 073 de 17 abril de 2019. LEIA-SE: Portaria nº 031 de 17 de abril de 2019. Permanecem inalterados os demais dados provenientes da publicação da Portaria nº 031/2019. Para que surtam os efeitos legais e jurídicos, publique-se a presente Errata.
NEIDE PEREIRA DA SILVA,
Chefe do Departamento de Administração
Portaria nº 258/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 027/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01002918
OBJETO: Contratação EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE para fornecimento de equipamentos e suprimentos de informática e equipamentos industriais para cozinha para o Cnraça
VALOR MÁXIMO: R\$ 26.360,00 (vinte e seis mil trezentos e noventa reais)
EMISSÃO DO EDITAL: Terça-Feira, 23 de abril de 2019.
ABERTURA: Sexta-Feira, 03 de maio de 2019 ÀS 10:00
LOCAL: Prefeitura Municipal de Altonia, Rua Rui Barbosa, 815 - sala 06 - Centro Altonia-PR.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço - Lote
DO EDITAL: Será fornecido aos interessados cópias impressas ou cópias em mídia digital (pen-drive, CD, DVD, desde que fornecido em mídia digital) do inteiro teor do presente edital e de seus anexos, aos licitantes que comparecerem no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Altonia, durante o período normal de expediente, até o dia da abertura do Pregão Presencial munidos do Cnraça do CNPJ da Empresa, mediante o pagamento da taxa de edital, fixado no valor de R\$-30,00 - (trinta reais) comprovado por meio de depósito bancário no Banco do Brasil Agência 1427-3 C/C nº 10.563-X. Maiores informações, através do E-mail: licitacoes@altonia.pr.gov.br
Altonia-PR, aos 23 de abril de 2019
PREGOIEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1581/2019
DATA: 23 de Abril de 2019
SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 011/2019
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa J. C. QUINHONE ATACADISTA-EPP, os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 011/2019.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 011/2019 em favor da empresa J. C. QUINHONE ATACADISTA-EPP, os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, que tem como objeto: CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA-ANEXO I DO EDITAL.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 23 dias do mês de Abril de 2019.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1568/2019
DATA: 23 de Abril de 2019
SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 023/2019
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa A. J. FELISBERTO & CIA LTDA, o lote I, o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 023/2019.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 023/2019 em favor da empresa A. J. FELISBERTO & CIA LTDA, o lote I, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO, SERVIÇOS DE MONTAGEM E EXECUÇÃO DE SHOWS PIROTECNICOS PARA O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO NO EVENTO FESTA DO PEÃO DE BOIADOIRO NO DIA 11 DE MAIO DE 2019, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS NO ANEXO I DESTA EDITAL.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 23 dias do mês de Abril de 2019.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1590/2019
DATA: 23 de Abril de 2019
SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 026/2019
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa RICARDO ZENATTI E CIA LTDA, o item I, o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 026/2019.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 026/2019 em favor da empresa RICARDO ZENATTI E CIA LTDA, o item I, que tem como objeto: Contratação de uma empresa especializada para fornecimento e instalação de 750 m² de Geomembrana sintética produzidas em polietileno de alta densidade (PEAD) e alto peso molecular, com adição de negro de fumo para melhorar a resistência a ação dos raios ultravioletas para uso no aterro sanitário do Município.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 23 dias do mês de Abril de 2019.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

041

041

CONTRATO Nº 048/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A IMPRENSA NACIONAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

O Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, inscrito no CNPJ n.º 95.640.736/0001-30, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **DERCIO JARDIM JUNIOR**, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso - PR, RG n.º 1.649.033-4, e CPF n.º 474.519.719-53, e a IMPRENSA NACIONAL, órgão específico, singular, integrante da estrutura regimental da Casa Civil da Presidência da República, com sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 6, Lote 800, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.196.645/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Coordenadora de Relacionamento Externo, senhora **Marlei Vitorino da Silva, brasileira, casada**, portadora do **RG n.º 14.327.55 - SSP/GO** e do **CPF n.º 246.028.251-68**, residente e domiciliada nesta capital, nomeada pela Portaria n.º 985, de 24/11/2016, do Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República, e subdelegação de competência pela Portaria n.º 257, de 29/8/2018, do Diretor-Geral da Imprensa Nacional, publicada no DOU de 31/8/2018, observando o que consta do Processo de Inexigibilidade n.º 013/2019, elaborado em conformidade com o disposto no caput do artigo 25 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, e alterações posteriores, tem entre si justo e acordado o presente contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do contrato é a prestação de serviços, pela CONTRATADA, de publicação no Diário Oficial da União de atos oficiais e demais matérias de interesse do(a) CONTRATANTE, conforme estabelecido no Decreto n.º 9.215, de 29/11/2017, combinado com a Portaria n.º 283, de 2/10/2018, alterações posteriores e demais cominações legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE

Durante a vigência do contrato, o(a) CONTRATANTE deverá:

1. Acompanhar, fiscalizar e conferir os serviços executados pela CONTRATADA;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

040

042

2. Encaminhar à CONTRATADA, por meio do Sistema de Envio Eletrônico de Matérias – INCom, as matérias a serem publicadas, obedecendo os padrões determinados pela CONTRATADA, conforme Portaria nº 283, de 2/10/2018, excetuando-se as matérias que serão encaminhadas para publicação via Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações – SIDEÇ, que obedecerão envio e padronização específica, conforme estabelecido na Portaria nº 283, de 2/10/2018, e alterações posteriores;
3. Manter atualizado os dados cadastrais de sua origem no Sistema de Envio Eletrônico de Matérias – INCom;
4. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, de acordo com o estabelecido na Cláusula Sétima;
5. Observar para que durante toda a vigência do contrato seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores;
6. Configurar e formatar os arquivos eletrônicos, consoante os padrões técnicos de preparo descritos nos arts. 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42 da Portaria nº 283, de 2/10/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à CONTRATADA, enquanto vigorar o contrato:

1. Publicar as matérias encaminhadas pelo(a) CONTRATANTE, dentro do prazo estabelecido, conforme artigo 14 da Portaria nº 283, de 2/10/2018;
2. Manter, durante toda a vigência deste contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DAS PUBLICAÇÕES

O(A) CONTRATANTE deverá adotar os seguintes procedimentos, quando das publicações das matérias no Diário Oficial da União:

1. Conferir o conteúdo das matérias publicadas com o original encaminhado à CONTRATADA para publicação ou



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

~~048~~
043

com o texto digitado no Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SIDEC.

1.1. Caso haja divergências, tal fato deverá ser comunicado, imediatamente, à CONTRATADA, para ser providenciada nova publicação da matéria, no todo ou em parte, conforme disposto no Decreto nº 9.215, de 29/11/2017, e Portaria nº 283, de 2/10/2018.

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

A lavratura do presente contrato decorre da inexigibilidade de licitação, realizada com fundamento no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993, por se tratar de contratação com órgão cuja competência é **"publicar e divulgar os atos oficiais da administração pública federal"**, conforme o inciso I do artigo 20 do Decreto nº 9.678, de 02/01/2019, combinado com o artigo 1º do Regimento Interno da Imprensa Nacional, aprovado pela Portaria nº 147, de 9/3/2006, e em cumprimento ao artigo 21, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E REAJUSTAMENTO

O valor do centímetro por coluna corresponde a R\$ 33,04 (trinta e três reais e quatro centavos), sendo deste 500 centímetros de coluna, totalizando o valor de R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais), conforme Portaria nº 20, de 1º/2/2017, publicada no DOU de 3/2/2017.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Na hipótese de reajuste do valor, isto se dará de acordo com a edição de nova portaria, ocasião em que o(a) CONTRATANTE passará a pagar novos valores, conforme estabelecido no ato normativo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

A IMPRENSA NACIONAL apresentará Fatura (boleto contendo código de barras) correspondente aos serviços prestados.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O pagamento deverá ser efetuado no valor integral e dentro do prazo de vencimento estabelecido no documento, consoante disposto na Portaria nº 256, de 28/8/2018, republicada no DOU de 21/9/2018.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

044

Em caso de inadimplência, o órgão será comunicado e será aplicada suspensão imediata de novas publicações, com o bloqueio no INCom, após 30 (trinta) dias do recebimento do ofício de cobrança, observado o disposto no parágrafo único do art. 16 do Decreto nº 9.215, de 29/11/2017, e Portaria nº 256, de 28/8/2018, republicada no DOU de 21/9/2018.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Havendo erro na Fatura (boleto contendo código de barras) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento, não acarretando qualquer ônus para o(a) CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente deste contrato correrá no exercício de 2018, à conta da seguinte classificação:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
9519	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.02.00.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TÉCNICA ADMINISTRATIVA	70
9522	339039900000	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	03.04.00.04.122.0003.2.014	DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	96

Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias que lhe forem destinadas, indicando-se o crédito para sua cobertura.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Quando da execução dos serviços, caberá ao(a) CONTRATANTE diretamente, ou a quem vier a indicar, o direito de acompanhar e fiscalizar a fiel observância das disposições do presente contrato, conforme artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, por **12 (doze) meses**, em conformidade com a Orientação Normativa nº 36, de 13/12/2011, alterada pela Portaria nº 124, de 25/4/2014, da Advocacia-Geral da União, devendo ser comprovadas a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários, a cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 045

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

1. A inexecução, total ou parcial, deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993;

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

3. A rescisão deste contrato poderá ser:

3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos e da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do Contrato poderá ser dispensada, consoante disposto na Orientação Normativa nº 33/2011, da Advocacia-Geral da União, mediante publicação do ato de inexigibilidade de licitação na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xambê para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem assim justas e acertadas, foi celebrado o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 046

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

Alto Paraíso- PR, 26 de Abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Dércio Jardim Júnior

Imprensa Nacional
Contratada

Testemunhas:

Valdemir Ribeiro Sparapan
005.876.549-29

Marilda Rosa do Nascimento da Silva
033.220.759-58



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO 047
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX: (044) 3664-1320

EXTRATO DE CONTRATO nº 048/2019

PROCESSO INEXIGIBILIDADE 013/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: IMPRENSA NACIONAL

OBJETO: Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União - DOU, pelo período de 12(doze) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional.

VALOR ESTIMADO CONTRATO: O valor do centímetro por coluna corresponde a R\$ 33,04 (trinta e três reais e quatro centavos), sendo deste 500 centímetros de coluna, totalizando o valor de R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais), conforme Portaria nº 20, de 1º/2/2017, publicada no DOU de 3/2/2017.

VIGÊNCIA: O contrato terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, por **12 (doze) meses**, em conformidade com a Orientação Normativa nº 36, de 13/12/2011, alterada pela Portaria nº 124, de 25/4/2014, da Advocacia-Geral da União, devendo ser comprovadas a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários, a cada exercício financeiro.

FORO: Comarca de Xambrê, Estado do Paraná.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 01/05/2019
Edição N.º 11547

orientações normativas que disciplinem a forma de sua atuação e demais orientações.
CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
Art. 14. Qualquer cidadão, sindicato ou associação do Município, poderá, mediante requerimento formal, solicitar informações sobre os dados oficiais relativos à execução dos orçamentos, os quais serão prestados pelo Presidente do Poder Legislativo no prazo máximo de 30 dias.
Art. 15. O servidor, lotado no controle interno, poderá receber treinamentos específicos e participar obrigatoriamente:
I - de qualquer processo de expansão da informatização municipal, com vistas a proceder à otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno;
II - do projeto de implantação do gerenciamento pela gestão da qualidade total municipal;
III - de cursos relacionados à sua área de atuação.
Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 (TRINTA) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2019
APARECIDO DELFINO DOS SANTOS
PRESIDENTE

PERCIVAL PRETTI
1º SECRETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2019
PROCESSO INEXIGIBILIDADE 013/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: IMPRENSA NACIONAL
OBJETO: Contratação de Serviços de Publicação de Matérias na Imprensa Nacional, por meio do Diário Oficial da União - DOU, pelo período de 12 (doze) meses. Assinatura Anual da Imprensa Nacional.
VALOR ESTIMADO CONTRATO: O valor do centímetro por coluna corresponde a R\$ 33,04 (trinta e três reais e quatro centavos), sendo deste 500 centímetros de coluna, totalizando o valor de R\$ 16.520,00 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Vinte Reais), conforme Portaria Nº 20, de 11/2/2017, publicada no DOU de 3/2/2017.
VIGÊNCIA: O contrato terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, por 12 (doze) meses, em conformidade com a Orientação Normativa Nº 36, de 13/12/2011, alterada pela Portaria Nº 124, de 25/4/2014, da Advocacia-Geral da União, devendo ser comprovadas a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários, a cada exercício financeiro.
FORO: Comarca de Lameira, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0109/2019
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a Contratação EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para fornecimento conforme necessidade de Material de Consumo (ferramentas, lixas, mat. para proteção e etc.) para uso da Prefeitura Municipal.
VALOR MÁXIMO: R\$ 65.033,46 (sessenta e cinco mil e trinta e três reais e quatrocentos e seis centavos)
EMISSÃO DO EDITAL: Terça-Feira, 30 de abril de 2019
ABERTURA: Terça-Feira, 14 de maio de 2019 às 09:00
LOCAL: Prefeitura Municipal de Altônia, Rua Rui Barbosa, 815 - sala 08 - Centro Altônia-PR
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço - Lote
DO EDITAL: Será fornecido aos interessados cópias impressas ou cópias em mídia digital (pen-drive, CD, DVD ou disquete, desde que fornecido pelo licitante) do inteiro teor do presente edital e de seus anexos, aos licitantes que comparecerem no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Altônia, durante o período normal de expediente, até a data da abertura do Pregão Presencial, munidos do Carimbo do CNPJ da Empresa, mediante o pagamento da taxa de edital, fixado no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) comprovado por meio de depósito bancário no Banco do Brasil Agência 1427-3 C/C Nº 10.593-X. Maiores informações, através do E-mail: licitacoes@altonia.pr.gov.br
Altônia-PR, aos 30 de abril de 2019
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Lei nº. 2.221 de 30 de Abril de 2.019
SÍNTESE: Dispõe sobre a criação e a instituição do Programa Acolher o Idoso e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA, ESTADO DO PARANÁ, aprova e eu, Prefeito Municipal, sancionarei a seguinte Lei Complementar.
Art. 1º. Fica criado e instituído no Município de Douradina/PR o Programa Acolher o Idoso, que tem por objetivo propiciar convivência familiar ao idoso que não possui condições de realizar seus cuidados pessoais ou de prover a sua subsistência.
Art. 2º. São beneficiários do Programa Acolher o Idoso os idosos:
I - acima de 60 anos;
II - que não possuam condições físicas e/ou psíquicas de prover a própria subsistência;
III - cujos familiares vivos e residentes no Município de Douradina/PR, até o segundo grau de parentesco, comprovadamente, possuam renda familiar inferior a 03 (três salários mínimos).
Art. 3º. Podem candidatar-se ao Programa as famílias ou indivíduos:
I - que abriguem o(s) idoso(s), oferecendo condições necessárias ao seu bem estar físico e emocional;
II - que possuam residência comprovada no Município de Douradina/PR há mais de 02 (dois) anos;
III - que não registrem antecedentes criminais;
IV - que possuam ocupação lícita.
Art. 4º. Serão atendidas as exigências formuladas nesta Lei.
Art. 5º. Será dada preferência à família ou ao indivíduo:
I - de opção do idoso, quando houver condições para que o idoso manifeste sua vontade;
II - que possua com o idoso vínculo familiar.
Art. 5º. O Programa Acolher o Idoso tem como diretriz o acompanhamento dos idosos e da família por meio de equipe técnica indicada pelo Programa.
Parágrafo Único. Para a consecução das diretrizes mencionadas no caput deste artigo pode-se celebrar convênios com entidades de direito público, bem como estabelecer parcerias com empresas e entidades de direito privado, patronais e sindicais, visando ao desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de que trata esta Lei.
Art. 6º. Compete ao Programa Acolher o Idoso:
I - seleção das famílias ou indivíduos que poderão acolher;
II - acompanhamento das condições de convivência familiar propiciadas ao idoso;
III - acompanhamento das condições alimentares e de saúde do idoso;
IV - acompanhamento sistemático da família acolhedora.
Art. 7º. Podem inscrever-se no Programa Acolher o Idoso os maiores de 21 anos, sem restrição de gênero e estado civil, interessados em ter sob sua responsabilidade idosos a zelar pelo seu bem-estar, na forma estabelecida na presente Lei.
Art. 8º. O requerimento de inscrição no Programa Acolher o Idoso deverá ser feito pela família ou indivíduo interessado e dirigido à Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social, a qual, por meio de seus técnicos, caberá analisar se o interessado preenche ou não os requisitos previstos na presente Lei e, sendo o caso, deferir a inscrição.
§ 1º. Deferida a inscrição, a família ou indivíduo interessado ficará credenciado e habilitado a acolher o idoso sempre que houver a necessidade do acolhimento.
§ 2º. Havendo a necessidade de acolhimento do idoso, caberá a Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social, por meio de sua equipe técnica, formalizar o ato de acolhimento do idoso.
Art. 9º. A habilitação do idoso ao Programa ocorrerá mediante atestado das condições de saúde física e/ou psíquica do idoso que impossibilite o provimento de sua subsistência, fornecido pela Secretaria de Estado de Saúde.
Art. 10. A quantidade de idosos que cada família poderá acolher, para fins de inscrição no Programa Acolher o Idoso, dependerá de análise fundamentada dos profissionais que atuam junto à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social.
Art. 11. As famílias ou indivíduos participantes estarão sujeitos à avaliação sistemática e controle periódico por técnicos do Programa Acolher o Idoso.
Art. 12. A permanência de família ou indivíduo no Programa estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:
I - o cumprimento rigoroso de seus deveres de acolhedor, nos termos da legislação aplicável;
II - atendimento a todas as convocatórias feitas pelo Programa Acolher o Idoso, ressalvadas as hipóteses de ausências justificadas por caso fortuito ou força maior;
III - apresentação, quando solicitado, de documentos relevantes para avaliação das condições de assistência ao idoso.
Art. 13. A desistência do Programa Acolher o Idoso por parte da família acolhedora poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante requerimento.
Art. 14. Para cada idoso assilado será concedido auxílio pecuniário diário de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).
Art. 15. O beneficiário fica obrigado a efetuar o ressarcimento da importância que tiver recebido licitamente, devidamente corrigida, nos termos da legislação em vigor.
Art. 16. Ao servidor público ou entidade conveniada ou parceira que concorrer para a concessão lícita do benefício, aplicar-se-ão as sanções civis, penais e administrativas previstas na legislação vigente.
Art. 17. Poderá o Poder Executivo proceder a regulamentação da presente Lei mediante Decreto.
Art. 18. As eventuais despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementadas se necessárias.
Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
PAGO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezasseis (30/04/2019)
JOÃO JORGE SOSSAI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

PORTARIA Nº 171
De 29 de abril de 2019
EXONERA A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA SEGALA GUIMARÃES DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE TEORIAS
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
EXONERAR em 30/04/2019 a Sra. ROSÂNGELA APARECIDA SEGALA GUIMARÃES, inscrita no CPF Nº 002.247.579-72 e no RG Nº 3.846.919-8-SSP/PR, do Cargo em Comissão de Diretora do Departamento de Teorias.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAGO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis (29/04/2019)
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

Não ceder, emprestar ou transferir o contrato a terceiros, sem o consentimento escrito da Prefeitura;

Devolver o veículo, caso deixe de utilizá-lo e/ou finda a permissão de uso ao Município.

CLÁUSULA QUINTA

Correrá por conta única e exclusiva do motorista condutor do VEÍCULO COROLLA quaisquer multas por infrações de trânsito em decorrência de sua negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o foro da sede da Comarca de Cidade Gaúcha/PR, para dirimir quaisquer dúvidas que possam decorrer do presente instrumento.

E, por assim se acharem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, para um único efeito, perante os testemunhos abaixo.

Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 22 de abril de 2019.

PERMITENTE:

PREFEITURA DE CIDADE GAÚCHA/PR
PREFEITO EM EXERCÍCIO

PERMISSIONÁRIA:

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA/PR
VEREADOR PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

CPF/MF, Nº. 033.735.719.66
RG, Nº. 8105954-9
NOME: João Jorge Sossai
CPF/MF, Nº. 008.341.319.09

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

EDITAL Nº 13/2019
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, ABERTO ATRAVÉS DO EDITAL Nº 036/2015, DE 28/07/2015 E REALIZADO EM 27 DE SETEMBRO DE 2015.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA a candidato abaixo para assumir o cargo que se especifica, aprovado em Concurso Público Municipal aberto através do Edital Nº 036/2015, de 28/07/2015 e realizado em 27/09/2015, mediante apresentação à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munida com os documentos necessários elencados nos artigos 2.1.1 do referido edital de abertura.
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO CPF Nº NOTA CLAS.
1725020 DILEUZA DIAS DE OLIVEIRA 007.100.649-42 87,50 11º
A candidata convocada deverá apresentar por ocasião do exame físico os seguintes exames: Hemograma completo, Urina tipo I, RX do tórax e Eletrocardiograma, todos com laudo médico.
O Atestado de Sanidade Física será emitido pela Junta Médica Municipal.
As despesas referentes aos exames solicitados correrão por conta da candidata.
O não comparecimento da candidata no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste edital, implicará na automática desistência da vaga.
PAGO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis (30/04/2019).
JOÃO JORGE SOSSAI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 175
DE 30 DE ABRIL DE 2.019
SÍNTESE: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem".
PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores público municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER 01 (Uma) diária de viagem, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais) ao Servidor Municipal TIAGO APARECIDO DA SILVA, matrícula nº 1762, ocupante do cargo de Motorista/40hrs, lotado na Manutenção da Divisão de UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
02/05/2019 7:00/19:00h
Arapongas -Paraná
Conduzir pacientes para tratamento de saúde.
I - Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão incluídos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II - O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - De-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 30 de Abril de 2019.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal